



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EC 203 DE SANTA MARIA



SUMÁRIO

1. Identificação	03
2. Apresentação	06
3. Histórico da Unidade Escolar	08
4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	11
5. Função Social da Escola	14
6. Missão da Unidade Escolar	16
7. Princípios Orientadores da Prática Educativa	17
8. Metas da Unidade Escolar	22
9. Objetivos	23
9.1 Objetivo Geral	23
9.2 Objetivos Específicos	23
10. Fundamentos teóricos-metodológicos que fundamentam a Prática Educativa	24
11. Organização Curricular da Unidade Escolar	27
12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	33
12.1 Organização dos tempos e espaços	33
12.2 Relação escola-comunidade	35
12.3 Relação Teoria e Prática	36
12.4 Metodologia de ensino	36
12.5 Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), segmentos, anos e/ou séries ofertados	36
13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais desenvolvidos na Unidade Escolar	38
14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar	40
14.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP	41
14.2 Articulação com o currículo em movimento	41
14.3 Articulação com o PDE	41
15. Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo e/ou com Organização da Sociedade Civil	42
15.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP	42
15.2 Articulação com o currículo em movimento	42
15.3 Articulação com o PDE	42
16. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar	44
16.1 Avaliação para as aprendizagens	44
16.2 Avaliação em larga escala	45
16.3 Avaliação institucional	45

16.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens	46
16.5 Conselho de Classe	46
17. Papéis e Atuações	47
17.1 Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)	47
17.2 Orientação Educacional (OE)	48
17.3 Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)	50
17.4 Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros	50
17.5 Biblioteca Escolar	52
17.6 Conselho Escolar	52
17.7 Profissionais Readaptados	52
17.8 Coordenação Pedagógica	52
17.8.1 Papel e atuação do Coordenador Pedagógico	52
17.8.2 Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica	54
17.8.3 Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	54
18. Estratégias Específicas	58
18.1 Redução do abandono, evasão e reprovação	58
18.2 Recomposição das aprendizagens	58
18.3 Desenvolvimento da Cultura de Paz	59
18.4 Qualificação da transição escolar	59
19. Processo de implementação do PPP	60
19.1 Gestão Pedagógica	60
19.2 Gestão de Resultados Educacionais	61
19.3 Gestão de Pessoas	62
19.4 Gestão Financeira	63
19.5 Gestão Administrativa	64
20. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e avaliação da Implementação do PPP	65
21.1 – Avaliação Coletiva	65
21.2 – Periodicidade	65
21.3 – Procedimento / Instrumento	65
21.4 – Registros	65
21. Referências	67
22. Apêndice	69

1. IDENTIFICAÇÃO

Dados de Identificação da Instituição:

Endereço: CL 203 Área Especial 1/A. CEP:72.503-220

Telefone: (61) 3318-2188

E-mails institucionais: 53009703@se.df.gov.br

Facebook: Escola Classe 203 de Santa Maria

Instagram: @escolaclasse203

Público-alvo: Estudantes de 6 a 13 anos

Anos/Séries: 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental

Sujeitos participantes

Equipe Gestora:

Diretora: Ariane Mayara Alves Batista de Oliveira

Vice-diretora: Jailton da Silva Milhomem

Supervisores Administrativos: Luiz Bezerra Do Nascimento Sobrinho e Érico Fernandes

Supervisoras Pedagógicas: Francineide Azevedo e Karoline Rocha

Chefe de secretaria: Nayara Magalhães

Coordenadores:

New Cristian: 1º e 2º anos

Fábio Oliveira: 3º ano

Antônio Reginaldo Vieira: 4º ano

Érica Alfrane: 5º ano

Professores Regentes Efetivos e Contratados:

1º Ano:

- Edna Rodrigues de Oliveira
- Arnilda Moura Cardoso;
- Nazaré Florencia Medeiros
- Imeuda Cristina Barbosa;
- Janaina Julião da Silva
- Gardênia da Silva Lima

- Maristena Goncalves Magalhaes
- Grazielle Albuquerque Nunes
- Jaiza Gouveia de Souza
- Elaine Gomes Vieira

2º Ano:

- Jocelândia Nunes de Souza;

- Deidiana Ferreira da Rocha;
- Luciana Efigênia de Barros;
- Suellen Karen Oliveira De Jesus;
- Eluiza Bem De Sousa;
- Suellen Chaves;
- Marta Alves Porto;
- Cláudia Valéria de Jesus Silva;
- Julianne Alves Mendonça;
- Maria Orquidea Rodrigues;
- Rosilene Moura Da Silva;

3º Ano:

- Alessandra Dos Reis Branco;
- Sabrina Araujo Da Silva
- Kelly Cristina De Aguiar;
- Cássia Nicole Bertumnes;
- Luciana Santos;
- Osias Almeida Silva Moreno;
- Marileide Lemes Da Silva;
- Paola De Fatima Deus Tadeu;
- Célia Regina Gonçalves;
- Aline De Araujo Almeida;
- Lucimar Jorge;
- Edilene Das Chagas;

4º Ano:

- Rejane Machado Dos Anjos;
- Vanessa Cândida Da Fonseca
- Cleide Almeida;
- Yuri Matheus Raulino Silva
- Valcenir Dos Santos Oliveira;
- Marsandra Gomes de Castro
- Amanda dos Santos Pontes
- Rayanne Ferreira Amorim

- Wesley Cordeiro Feitosa;
- Beatriz de Moura Oliveira

5º Ano:

- Mayra de Godoy Ponteiro
- Najara Guedes Nunes
- Tamires da Silva Ribeiro
- Jessyca Alice Rodrigues Pierote
- Karine Luana da Silva Meneses
- Valeria de Brito Nunes
- Denise da Silva Costa
- Marco Antônio do Nascimento
- Daniela Dias Barbosa
- Mikaella Lima Gomes

Professoras readaptadas:

- Amanda Lima
- Jaqueline Sirlene Da Silva
- Meire Borba
- Thadia Cristine Marques

Equipe Secretaria

- Maria Aparecida do Carmo
- Nayara Rodrigues Magalhães

Equipe Cantina

- Aparecida das Neves de Paiva
- Aron Moreira Damasceno
- Derisvalda de Sena Dias
- Francisco de Assis Cardoso
- Maria Valdivina da Costa

Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem: Vanessa Pavezzi

Orientadoras Educacionais: Paula do Nascimento

Sala de Apoio à Aprendizagem: Antônia Raquel de Souza

2. APRESENTAÇÃO

A educação é o processo transformador da sociedade que tem como objetivo primordial o desenvolvimento social, cultural e político do ser humano. Portanto, falar em educação é falar de um processo complexo e contínuo, que não se resume as quatro paredes de uma sala de aula, mas vão além dos muros da escola, abrangendo um universo informal, pois a família, a comunidade, a sociedade e demais segmentos influenciam de maneira direta na vida dos estudantes enriquecendo-os e dando suporte para o desenvolvimento.

Segundo Libâneo (2004), o Projeto Político Pedagógico é o documento que detalha OBJETIVOS, DIRETRIZES e AÇÕES do processo educativo a ser desenvolvido na escola. Quando nos referimos ao termo político, é porque entendemos que toda ação pedagógica é, também uma ação política, não no sentido de uma doutrina ou partido, mas no sentido de busca do bem comum e coletivo. Eis o porquê da importância de uma Proposta Pedagógica, que conta com a participação de vários segmentos.

Portanto, a construção do PPP da Escola Classe 203 de Santa Maria deu-se pela necessidade de se organizar o trabalho realizado com toda comunidade escolar: professores, pais, estudantes, servidores e direção. Da avaliação das ações do passado e das análises do presente, congregando a articulação entre duas categorias: o político e o pedagógico. Para tanto, são realizadas reuniões com os diversos segmentos ligados à nossa escola e dessa maneira conseguimos criar um diagnóstico real da nossa atual situação. Para alcançar os objetivos aqui propostos, é necessário que haja um envolvimento conjunto, credibilidade e empenho das partes envolvidas no processo.

Desta forma, a elaboração do PPP da EC 203 de Santa Maria, para o ano letivo de 2024 foi baseada nos dispostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, artigos 12º e 14º, na Resolução 02/08, no Parecer 62/99 do Conselho de Educação do Distrito Federal, Capítulo II, no Regimento Escolar das Instituições de Ensino do Distrito Federal, Diretrizes Pedagógicas - Organização Escolar dos Ciclos para as Aprendizagens – 2º e 3º Ciclos, e Organização Curricular – Ensino Fundamental 2024, bem como as normas de escrituração escolar, aplicáveis ao atual contexto.

Para reelaboração do PPP do ano de 2024 foi-se necessário para o diagnóstico da realidade escolar, aplicação de questionário para o pais e/ ou responsáveis dos estudantes via online, divulgado nos grupos de whatsapp. Para a construção dos projetos pedagógicos com o coletivo de professores e servidores da escola, foi feito reuniões na Semana Pedagógica e nas primeiras coordenações coletivas, onde os professores de contrato temporário se faziam presentes. Foi avaliado os projetos dos anos anteriores, onde foi levantado novas propostas para desenvolver na escola no ano de 2024.

Acredita-se que a elaboração desse Projeto Político-Pedagógico representa para a Escola Classe 203 um momento de crescimento, organização e análise do trabalho para o qual ela existe: Educar. O desafio é transformá-la em prática real, através de um trabalho sério e coletivo. Nesse sentido, foi realizada pesquisas nas áreas de estudos que apontam para uma escola de qualidade e que nela há diferenças pelas quais a comunidade escolar da Escola Classe 203 acredita.

A gestão democrática desta Instituição fazendo uso de suas competências assume o compromisso de se empenhar na busca dos melhores meios para orientar, divulgar e executar este PPP juntamente com todos os envolvidos (comunidade, professores e servidores da carreira assistência) no processo educacional de forma a atender e cumprir o verdadeiro papel social para a escola.

3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A cidade de Santa Maria (a princípio assentamento) foi criada em 1990 para atender às famílias de baixa renda, ou seja, pessoas que não tinham condições econômicas para adquirir uma casa própria e se beneficiariam de um programa de Governo do Distrito Federal na aquisição de lotes. A cidade está organizada especialmente em quadras e estas em conjuntos, localizada na periferia de Brasília. Com a criação do assentamento de Santa Maria, fez-se necessário a instalação de uma instituição de ensino nessa região, que atendesse as necessidades sociais e educacionais da população.

Surge então em 25 de novembro de 1990, a Escola Classe Santa Maria, tendo sua estrutura física feita de lata, com apenas uma cozinha, 3 salas de aula, uma sala de coordenação e 4 banheiros (2 para estudantes e 2 para os professores). Para atender a demanda nossa Escola funcionava em 3 turnos diurnos, prejudicando assim o processo de ensino-aprendizagem. Além de funcionar como instituição educacional, o prédio também era usado nos finais de semana para eventos religiosos e outros.

A primeira diretora de nossa Escola foi a professora Maria Rita V. Ferreira, indicada pelo então governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Domingos Roriz. Em busca de solucionar os diversos problemas vivenciados aqui, em 28 de novembro de 1990, foi realizada uma reunião ordinária com o Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), atualmente Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), onde foi aprovada a construção do bloco anexo, inaugurada no mês de abril de 1991. A Escola ficou então com 10 salas de aula (construídas de concreto), sob a direção da professora Maria Rita Vieira Ferreira.

Apesar das novas instalações, a estrutura não era suficiente para atender a população que crescia demasiadamente. Então, na tentativa de solucionar o problema, a escola passou a funcionar com seis turnos, sendo 5 diurnos (aulas de 2 horas e meia) e 1 noturno. Por essa razão, muitos eram os problemas enfrentados, dentre eles, cita-se a falta de água e a falta de um muro, que delimitasse o ambiente da escola com a rua, deixando assim a escola totalmente desprotegida e a comunidade escolar muito insegura.

No início de 1992, a comunidade escolar fez uma manifestação em frente ao Palácio do Buriti, reivindicando soluções para os problemas existentes. A luta da comunidade em parceria com os servidores, na época, contribuiu para que em 12 de

novembro do mesmo ano, o muro da escola fosse construído e então em 1995 a Escola foi ampliada com a inauguração de novas salas, gradativamente nos cinco turnos. A partir de 1996, a Escola passou a funcionar em 3 turnos (matutino, vespertino e noturno). Hoje a escola funciona em 2 turnos: vespertino e matutino e atende estudantes da faixa etária de 6 a 11 anos.

Em 1999, a escola que se chamava Escola de Santa Maria, passou a se chamar Escola Classe 203 de Santa Maria, igualando-se às outras escolas, cujos nomes fazem referência as quadras a que pertencem. A partir de então, iniciou um grande movimento com a participação de toda comunidade escolar com protestos, manifestações, caminhadas, painelaços, abraços coletivos a escola, em busca de melhorias no prédio e posteriormente da reconstrução. Após várias licitações não concluídas, passaram-se vários anos, já estavam desacreditados em uma possível mudança desse quadro estático.

Entre os anos de 2000 a 2011 não houve mudanças apesar de todo esforço coletivo, porém nesse período houve uma grande mobilização social registrada na história da instituição. No dia 26 de janeiro, 2012, a escola recebeu a equipe da construtora INFRAENGETH, que foi responsável pela reconstrução da Escola Classe 203 de Santa Maria e pela construção do Centro de Educação Infantil 203 de Santa



Maria, no mesmo terreno.

Em seguida, iniciou-se o processo de derrubada e reconstrução do novo prédio escolar, que conta com as dependências necessárias para a montagem de 28 (vinte e oito) salas de aula.

No dia 24 de março, 2014, a escola foi reinaugurada pelo governador Agnelo Queiroz

e sua equipe governamental, com a presença de toda comunidade escolar, equipe de governamental. O novo prédio é composto por 28 salas de aulas amplas e arejadas, sala de informática, sala de leitura, laboratório de ciência e artes, sala de recursos, 2 salas de apoio a aprendizagem, sala de vídeo, sala de coordenação, sala para o Serviço de



Orientação Educacional, cantina e refeitório, sala de reforço, 4 banheiros de professores, 2 copas, 6 banheiros de estudantes, 3 banheiros adaptados para estudantes especiais, quadra de esporte coberta, pátio coberto, parquinhos, sala de direção, sala do serviço administrativo, uma secretaria e uma reprografia.

Apesar das dificuldades encontradas, o corpo docente dessa Escola esteve e continua empenhado em desenvolver um trabalho de qualidade, visando o pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social de seu bem maior: o estudante.

Em 2020, toda a rede de ensino do Distrito Federal, por meio do decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020, em meio a um contexto pandêmico, foi instaurado o Ensino Remoto, onde a comunidade escolar participou de aulas remotas pela plataforma de ensino “Escola em Casa DF” em parceria com Google Sala de Aula. Em meados do ano de 2021, com parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021, retornou-se à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem de acordo com as diretrizes orientadoras, e houve a reconstituição do calendário escolar do DF.

No ano de 2023, 2 anos após o fim do período de aulas online, a Escola Classe 203 buscou amenizar as mazelas diante, ainda, da preocupação com os efeitos que a pandemia causou nas crianças, sejam elas cognitivas ou socioafetivas.

No ano de 2024, assume a direção os professores Ariane Mayara e Jailton Milhomem, com a missão de renovar e aprimorar os espaços acadêmicos já existente na escola, com o auxílio das verbas de PDAF, PDDE e verbas parlamentares. Na lista de prioridades da nova gestão estão: adquirir computadores para a sala de informática, informatizar e renovar a sala de leitura, colocar em funcionamento a sala de psicomotricidade, renovar o parquinho para que todas os estudantes possam brincar em seu espaço, entre outras prioridades.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

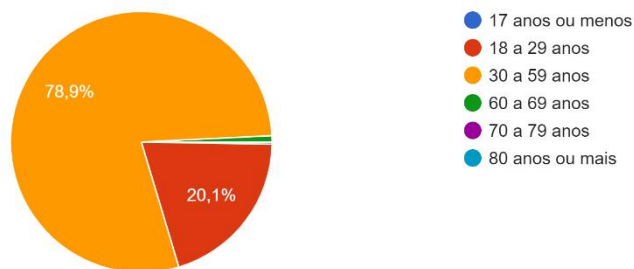
A Escola Classe 203 de Santa Maria possui:

Ano	Turma	
1º ano	10	4 turmas II / 6 turmas CC
2º ano	11	5 turmas II / 6 turmas CC
3º ano	12	5 turmas II / 7 turmas CC
4º ano	11	5 turmas II / 1 turmas CCI / 5 turmas CC
5º ano	10	4 turmas II / 3 turmas CCI / 3 turmas CC

Para avaliar o contexto social das famílias dos estudantes da EC 203, foi elaborado, para o ano de 2024, um formulário para as famílias responderem e assim, por amostragem, observar qual a realidade em que elas se encontram. Ao todo, foram respondidos 383 questionários.

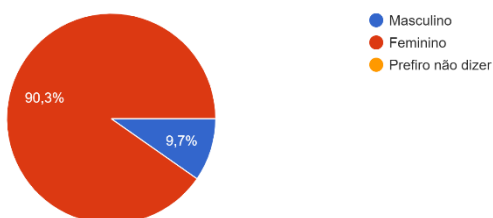
Qual a sua faixa etária?

383 respostas



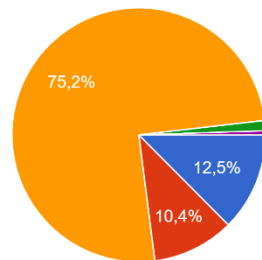
Qual o seu gênero?

383 respostas



Qual a sua "cor ou raça/etnia?"

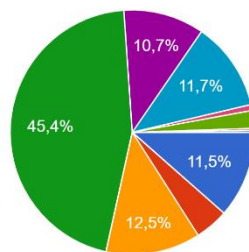
383 respostas



- Cor Branca (descendentes de europeus/ocidentais)
- Cor Preta (descendentes de africanos/afrobrasileiros)
- Cor Parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes-miscigenação...)
- Cor Amarela (descendentes de asiáticos/orientais)
- Raça/etnia Indígena (Descendentes de índios)

Qual o seu nível de escolaridade?

383 respostas

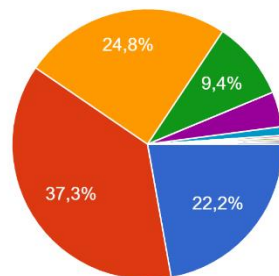


- Fundamental - Incompleto
- Fundamental - Completo
- Médio - Incompleto
- Médio - Completo
- Superior - Incompleto
- Superior - Completo
- Pós-graduação - Incompleto
- Pós-graduação - Completo

▲ 1/2 ▼

Você tem quantos filhos?

383 respostas

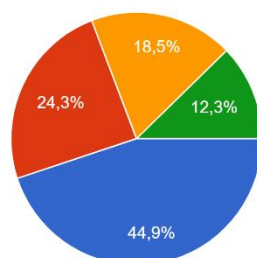


- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- 4 filhos
- 5 filhos
- 6
- Nem UM
- 6 filhos

▲ 1/2 ▼

Qual a sua situação profissional?

383 respostas



- Empregado
- Desempregado
- Do lar
- Autônomo

O diagnóstico dos problemas e das necessidades que se faz necessário aponta para a superação fragmentada do ensino, para a ressignificação do currículo, para uma redefinição dos espaços e tempos escolares, dando uma harmonia ao ritmo de aprendizagem dos estudantes, respeitando as diversas formas de aprender e o ritmo de cada criança, partindo do pressuposto da Organização Curricular para o ano 2024. Isso ressalva a necessidade de motivação para aprender. Em busca do aprimoramento constante, a escola possui projetos de vida cotidiana e institucionais que promovem a aprendizagem e ao mesmo tempo motivam a construção coletiva dos conhecimentos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reúne num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação. Sabemos que IDEB agrega ao enfoque pedagógico os resultados de avaliações e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

4ª série / 5º ano

Escola ↓	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
EC 203 DE SANTA MARIA	4,3	4,9	5,1	5,4	5,6	5,4	5,9	6,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4

Várias ações pedagógicas foram planejadas para elevar os índices alcançados nos indicadores do IDEB, levando como base o ano de 2015, onde o índice ficou abaixo 0,2 do projetado. Assim, em 2017, a escola conseguiu atingir a meta elevando 0,5 de uma única vez e outros projetos foram implementados para que permanecesse. Em 2019 mais uma vez não atingimos a meta, por 0,1 e assim, o maior desafio, agora diante de um contexto pandêmico, onde o ensino se dá de maneira remota e que muitos alunos estão excluídos do processo de ensino e aprendizagem, devido a fatores como, a falta de recurso tecnológico ou internet, bem como, também, a fatores sociais e do aumento do desemprego no Brasil, por mais que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF oferte diversos recursos para a permanência do estudante na escola e que os professores estão fazendo o possível dentro do seu papel social, será o resgate pedagógico devido a tantas perdas.

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola é um sistema organizacional aberto que recebe energia na forma de insumos do meio ambiente, como pessoas, competências, conhecimentos, informações, materiais e equipamentos, recursos financeiros e demanda da clientela. Estes insumos são processados pela organização que devolve à comunidade os “produtos” do seu trabalho.

Dentro de uma visão macro a escola é um lugar pedagógico que busca a excelência na formação integral do cidadão. Para tanto, contempla um estudo da nossa realidade para levantamento de necessidades específicas nos aspectos físicos, material, humano, administrativo, pedagógico e aos objetivos que pretendem alcançar. Segundo o caderno Pressupostos teóricos, “A escola é o espaço de produção de cultura e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica.” Partindo dessa premissa a Escola Classe 203 tem como função social o pleno desenvolvimento do educando, consciente dos seus direitos e atuante em seus deveres.

O que se propõe são ações que visam possibilitar o desenvolvimento não só dos Projetos Pedagógicos de cada área do conhecimento e componente curricular, como também dos eixos transversais e integradores, presentes no currículo em movimento da SEEDF (São eixos transversais: Educação para a Diversidade, Sustentabilidade e Direitos humanos. São eixos integradores: Alfabetização, Letramento e Ludicidade) como, por exemplo, diversidade étnica, racial e cultural, sustentabilidade, acrescidos daqueles que a comunidade eleja como necessários à sua realidade. Também, nela são elaborados os projetos interdisciplinares para execução ao longo do ano letivo, com vistas a incrementar a atuação pedagógica, o desempenho dos estudantes, o prazer de ensinar e aprender, possibilitar momentos de avaliação, traçar rumos, analisar resultados, ampliar metas e restabelecer os valores humanos.

Acreditamos que a Escola Classe 203 tem o dever de socializar e apresentar o mundo do conhecimento, contribuindo para a preservação da cultura de um povo, seus valores morais e éticos, formando assim o cidadão pleno no gozo de seus direitos e deveres, ou seja, aquele que irá utilizar o conhecimento trabalhado em prol da sociedade na qual ele está inserido. Esta escola pretende alcançar esse padrão de ensino com os estudantes, independente da camada social da qual pertencem,

estabelecendo novas relações com a cultura e elaborando novas formas de adquirir informações, de construir conhecimento, conceitos e valores.

Para que isso aconteça é necessário romper com a crença de que o professor é a única fonte de “transmissão do saber”, pois não podemos negar que existem vários outros mecanismos que contribuem para a construção do saber e da identidade de nossos estudantes, como: família, meios de comunicação, comunidade, recursos tecnológicos dentre outros. Precisamos então, enxergá-los como aliados e buscarmos maneiras de nos unir a esses “parceiros” de forma sábia e didática. Entendemos que nossa razão social é de grande importância para a sociedade e para desempenhá-la precisamos nos organizar. Para tanto estabelecemos metas a serem alcançadas ao longo deste ano letivo visto o atual contexto mundial, sendo elas:

1. Alcançar uma relação de parceria e apoio efetivo entre escola e toda sua comunidade escolar;
2. Realizar, em cada bimestre, atividades a partir de uma sequência didática, permeando por todas as fases de aprendizagem, para que todos os níveis sejam alcançados;
3. Buscar através da relação escola e comunidade, parcerias diversas;
4. Realizar estudos que possam enriquecer o desenvolvimento de nossos trabalhos pedagógicos e até mesmo a parte emocional e intelectual de todo nosso corpo docente;
5. Diminuir a quantidade de alunos evadidos diante a oferta das aulas remotas, com a busca-ativa efetiva.

6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A missão da Escola Classe 203 de Santa Maria é oferecer um ensino de qualidade, pautado no desenvolvimento integral do estudante, partindo da sua formação ética, no desenvolvimento da autonomia intelectual de um ser crítico e reflexivo, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

Partindo do princípio de que a Escola Classe 203 de Santa Maria está inserida num contexto social no qual atua, modifica e sofre influências, não podemos fugir as discussões relativas à nossa sociedade, é necessário que se trate das questões que interferem na vida dos estudantes e com as quais eles se veem confrontados no seu dia a dia. Por esse motivo nossa proposta de trabalho está voltada para o desenvolvimento dos Projetos Especiais, que são cuidadosamente organizados contemplando ações voltadas para as crianças, de maneira a ajudá-las no processo de aprendizagem. Ressaltamos que os pais participam das atividades desenvolvidas pela escola, acompanhando e sugerindo atividades enriquecedoras. Como elementos facilitadores dos êxitos dessa Proposta, podemos destacar:

1. Comunicar-se com clareza;
2. Rotina organizada;
3. Estabelecimento de altos padrões de ensino;
4. Envolvimento mútuo e solidário de toda comunidade escolar na aprendizagem;
5. Avaliação formativa e contínua voltada para as aprendizagens;
6. Suporte institucional e financeiro;
7. Transparência nas prestações de contas;
8. Envolvimento nas festas;
9. Monitoramento do ensino-aprendizagem;
10. Credibilidade;
11. Escuta sensível a toda comunidade.

Temos a educação como meio de transformação da sociedade, formando cidadãos críticos, conscientes e participativos, com capacidade de iniciativa e dentro dos quatro eixos da educação: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conhecer. Além dos eixos as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” nos esclarece sobre a intenção desta construção:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV** - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V** - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI** - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII** - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX** - Garantia de padrão de qualidade;
- X** - Valorização da experiência extraescolar;
- XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dizem que “a Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais e sociais” (p.15). Esta concepção nos leva a repensar a prática para atingir os objetivos da educação propostos pela legislação e que dá sustentação ao currículo e processos metodológicos.

O Currículo da Educação Básica das Instituições Educacionais Públicas do Distrito Federal aponta alguns cuidados na educação básica onde procurar propor “um ambiente que estimule a criatividade, a investigação, a construção e a reconstrução dos conhecimentos, envolvendo o ser humano em todos os seus aspectos” (p.13). Este ponto de vista visa preparar o estudante para a vida e nos leva a construir um caminho onde a educação é um meio para se alcançar a cidadania através do conhecimento, contextualizando os conteúdos, incorporando vivências e adaptando esse saber no cotidiano do estudante.

Tendo em vista que esses elementos virão ao encontro dos nossos estudantes proporcionando assim um aprender prazeroso e satisfatório. Através do desenvolvimento dos projetos propomos quatro grupos de princípios norteadores perfeitamente integrados que buscam dar identidade à nossa Instituição Educacional, sendo eles:

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Integralidade: O princípio que observa o aluno como um todo, não na ampliação de tempo e espaço, mas como percepção em todas as dimensões humanas sejam nos aspectos cognitivos, emocionais, sociais ou psicomotores.

Intersectorização: A escola busca estar em parceria com o Governo Federal ou do Distrito Federal, sendo mediadora das políticas públicas voltadas para sanar as dificuldades pontuadas na escolarização, implementando os projetos governamentais da Secretaria de Educação ou pelo MEC, por meio do PDDE Interativo/Mais Alfabetização, da Plenarinha, Avaliação Diagnóstica e outros projetos que visam contribuir para melhoria da Educação Brasileira.

Transversalidade: Embora não haja a escola integral no que concerne a ampliação do tempo, temas transversais relevantes no contexto social são inseridos no currículo numa perspectiva de atender as necessidades sociais e ambientais, com o objetivo do aluno se identificar como agente transformador da comunidade e sociedade em que vive. Tais temas são abordados na interdisciplinaridade, vinculados a aprendizagem dentro do interesse e relacionados aos problemas individuais e coletivos dos alunos.

Diálogo escola e comunidade: A comunidade é parte integrante e extensão da escola. Com essa visão, a instituição procura abrir as portas para a comunidade oportunizando mostrar por meio de participação cultural e interativa, propostas que venham resgatar tradições e culturas populares da vivência dos alunos.

Territorialidade: Na percepção de que o ambiente escolar não é o único espaço de aprendizagem e sendo o Distrito Federal um lugar amplo, com história e arquitetura muito rica, moderna e inovadora, além de ser um estado que ainda necessita de investimento nas questões culturais e artísticas, a instituição busca por meio de excursões, atividades de campo e lazer proporcionar aos educandos o contato com outros saberes fora do ambiente escolar.

Trabalho em rede: Por meio de formação continuada e integração entre todos os componentes atuantes na escola, é importante cada um internalizar a observância da responsabilidade social e pedagógica de todos os estudantes, em que esses são vistos na sua integralidade. Aqui, o aluno pertence a todos que atuam na escola, não sendo de um professor específico, mas de todos os setores que o envolvem, os quais exercem uma corresponsabilidade por todos os discentes.

EPISTEMOLÓGICO

Princípio da unicidade entre teoria e prática: Garantir os direitos de aprendizagens das crianças, colocando em prática o princípio de que o aluno tem papel ativo no aprender. Assim sendo, o presente Projeto Político-Pedagógico, se firma nos 4 pilares dos Eixos Integradores do Currículo da Educação Infantil. Sendo eles: Educar e Cuidar, Brincar e Interagir. O Educar e Cuidar, implicarão em ações pautadas em atividades que contemplem e compreendam as relações sociais que as crianças se apropriam, reproduzem e produzem na vivência e no compartilhamento com seus pares. O Interagir e Brincar, serão essenciais e de suma importância na realização de atividades que desencadearão no, e para o desenvolvimento de estruturas, habilidades e competências da criança com o intuito de influenciar positivamente na sua construção e formação como ser pensante e detentores de sentimentos, afetividade e valores.

Princípio da interdisciplinaridade e da contextualização: Segundo Piaget, a interdisciplinaridade pode ser entendida como “o intercâmbio mútuo e a integração recíproca de várias ciências”. É a construção do saber a partir da conjunção de várias áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade envolve a tentativa de propiciar a associação de várias áreas do conhecimento em torno de um mesmo tema. As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (Brasil, 2009), determinam que, para ser interdisciplinar, o currículo deve realizar o entrecruzamento de saberes disciplinares e, para ser contextualizado, ele deve desenvolver projetos que se pautem na realidade dos alunos. Pois, contextualização é o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação. Importante destacar que as atividades interdisciplinares e contextualizadas, com as crianças pequenas, precisam ser lúdicas e que incentivem a criatividade, estimulem a atitude de busca, de exploração, de pesquisa, construção, descoberta, colaboração e corresponsabilidade.

Princípio da flexibilização: A flexibilização consiste em adequar aos eixos integradores (interações e brincadeiras) as atividades desenvolvidas com as crianças de maneira a aperfeiçoar e enriquecer suas vivências e aprendizagens. A flexibilidade curricular permite à Unidade de Ensino estruturar-se respeitando as especificidades locais e regionais. É sabido que a rotina escolar é permeada por imprevistos, diferentes comportamentos das crianças, bem como diversidade nas fases de desenvolvimento individual, logo, a flexibilidade é a qualidade exigida dos professores na gestão das

demandas e na oferta de prática escolar que incorpore essa diversidade de modo a garantir respeito aos alunos e a criar condições para que possam progredir na sua autonomia e protagonismo. Nesse caminho, cabe a flexibilização no planejamento, organização dos espaços e tempos.

8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR

1. Acompanhar o processo de construção do conhecimento dos estudantes através de 100% dos índices das tabulações das avaliações e testes em cada bimestre;
2. Reduzir os índices de reprovação no 3º e 5º anos ao final do ano letivo através de ações que proporcionem a recomposição das aprendizagens e que diminua a infrequência;
3. Desenvolver ações bimestralmente que promovam a educação socioemocional dos estudantes e servidores da Unidade Escolar;
4. Fortalecer parcerias com a comunidade local para enriquecer as oportunidades de aprendizado ao longo do ano;
5. Revitalizar sala leitura e sala de informática;
6. Implementar a Sala de Psicomotricidade;
7. Revitalizar o espaço do parquinho;
8. Resgatar o gosto dos estudantes pela leitura.

9. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

9.1 OBJETIVOS GERAL

Desenvolver as potencialidades dos estudantes, em seus aspectos cognitivo, afetivo e social, contribuindo assim diretamente para o crescimento intelectual, humano e futuramente, profissional dos estudantes.

9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Trabalhar para a plena interação entre gestão escolar e o corpo docente;
- b. Adequar a Organização Curricular 2024 aos anos de acordo com a realidade da UE;
- c. Reorganizar o currículo dentro de cada bimestre;
- d. Fazer com que as famílias dos estudantes tenham mais participação na vida escolar de seus filhos;
- e. Acompanhar e avaliar o processo ensino-aprendizagem durante todo o ano letivo;
- f. Desenvolver a aprendizagem em todos os aspectos afetivos e cognitivos (linguísticas, lógica-matemática, científica, histórica e geográfica) com enfoque na sustentabilidade humana;
- g. Garantir a participação da comunidade nas decisões da escola em todos os âmbitos;
- h. Respeitar a diversidade humana, garantindo a inclusão com qualidade;
- i. Compreender criticamente a realidade histórico-social;
- j. Comprometer-se ética e politicamente com a transformação da realidade social: superação das marcantes desigualdades sociais;
- k. Buscar a participação efetiva de todos os autores e atores da prática educativa, discutindo as diretrizes gerais da política educacional e propondo formas de intervenção na realidade;
- l. Assegurar a autonomia da escola enquanto exercício de democratização de um espaço público que articule sempre com as necessidades apresentadas pela comunidade;
- m. Valorizar os profissionais da educação;

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS- METODOLÓGICOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

O Currículo da SEEDF apresenta uma nova estrutura teórica e metodológica no campo político-pedagógico construído nas relações entre os sujeitos, conhecimentos e realidades.

A perspectiva com a implantação deste currículo é do fortalecimento da escola pública e da construção de uma educação de qualidade referenciada nos sujeitos sociais, que “[...] possibilita o encontro dos sujeitos históricos e que faz da escola arena de aprendizado político e pedagógico” (ARAUJO, 2012, P.231).

Assim, a discussão coletiva, promove as conexões entre currículo e multiculturalismo, dentro de alguns pressupostos da teoria Pós-crítica, questionando permanentemente que a escola deve abrir espaços não apenas para ensinar a tolerância e o respeito, mas a desigualdade, propostos nos eixos transversais: educação para a diversidade, educação para a cidadania, educação para a sustentabilidade e educação para e em direitos humanos.

Nessa perspectiva o espaço concreto da sala de aula e da escola, o currículo formal traz os elementos da cultura global da sociedade que são conciliáveis, favorecendo o conhecimento de temas, questões, problemas que podem ser trabalhados como projetos pedagógicos por grupos ou por toda a escola.

O currículo da SEEDF é fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, observando a realidade socioeconômica da população, por isso não podemos desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes.

Em relação aos objetivos de aprendizagem ou conteúdo do Replanejamento Curricular para o ano letivo de 2021 e a Organização Curricular do Ensino Fundamental do ano de 2022 e 2023, orienta-se a retomada dos objetivos/conteúdos anteriores ao ano letivo vigente considerados fundamentais para a consolidação das aprendizagens do estudante no ano em curso.

O Trabalho Educativo na EC 203, diante da autonomia que lhe cabe, foi traçado para buscar uma sociedade igualitária, na problematização diária, na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela a prática social como: saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica.

Nos projetos bimestrais é traçado a garantia da aprendizagem, para não ocorrer solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo as crianças e jovens interagirem, buscar resolução de problemas, questões e situações. Então vivenciar situações como protagonistas do processo ensino-aprendizagem, tendo o professor como mediador do conhecimento.

Dessa forma trabalhamos com a organização em ciclos e não seriação, então a avaliação formativa foi adotada como concepção e prática norteadora e assim o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA teve uma Proposta Pedagógica.

O Plano de Desenvolvimento da Escola é um compromisso do Projeto Político-Pedagógico que estabelece as orientações relativas ao processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de conferir maior eficácia à atividade fim da escola.

O PPP é construído com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino buscando a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade, garantindo a oportunidade efetiva dos estudantes. Segundo Gadotti (1998) ela deve combinar as diretrizes nacionais sobre conteúdos básicos e carga horária, as orientações curriculares e metodológicas da Secretaria de Educação e os objetivos da escola, que devem ser definidos em função das características e necessidades do seu estudante.

Também, deve apoiar-se no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã, no envolvimento da comunidade interna e externa à escola, na participação e na cooperação das várias esferas do governo e na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto da proposta. Libâneo (1998), afirma que uma Proposta Pedagógica pode ser entendida como uma resposta organizacional a determinados desafios que exijam esforços de várias de suas unidades.

É preciso entender o PPP da escola como uma reflexão de seu cotidiano. A construção do projeto requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório. Este esforço conjunto está traduzido nesta proposta através da explicitação metódica que busca organizar o trabalho durante o ano letivo, está dividido em partes.

Essas partes implicam: o plano gestor; os dados sobre a instituição; sua missão; histórico; diagnóstico escolar; seus objetivos; princípios, organização administrativa e curricular; além dos planos de ação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recursos

(AEE). Também, deve conter em seu corpo os projetos a serem desenvolvidos e seus princípios norteadores que dá identidade à nossa Instituição Educacional.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE UNIDADE ESCOLAR

Base Nacional Comum Curricular

Nossa proposta curricular está em consonância com a Base Nacional Comum (BNCC), onde segunda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas em todo o Brasil. Além do Currículo em Movimento da Educação Básica, da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, que tem como objetivo principal instrumentalizar a comunidade educacional (gestores, professores, pais, estudantes, Conselho Tutelar, auxiliares de educação), na ação educativa, visando à melhoria da qualidade do ensino, de forma a atender as especificidades da Instituição articulada aos fins e princípios que norteiam a filosofia da instituição educacional no que diz respeito à compreensão da vida social, nas duas diferentes dimensões.

A BNCC, homologada em dezembro de 2017 (Resolução CNE/CP nº 2), estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. (BRASIL, 2017). Desta forma, a escola classe 203 acredita que é imprescindível organizar o currículo da escola para garantir essa base comum aos estudantes e as turmas. Além de adequar as especificidades da nossa escola e contextualizar os conhecimentos essa organização deve contribuir para qualificar o trabalho pedagógico e que se torna necessária para a organização do planejamento coletivo, pois é fundamental para atingirmos os objetivos que são dentre outros, a contextualização e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares.

A BNCC traz 10 competências gerais da educação, onde toda a organização curricular deve ser nortear a partir delas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Com base nesse novo contexto, a BNCC desenvolve sua estrutura por áreas de conhecimento, as competências específicas de cada área, os componentes curriculares e por fim as competências específicas de cada componente. Cada componente, por sua vez, traz o campo de atuação ou eixos, com suas unidades temáticas e habilidades a serem desenvolvidas por cada uma. Essa forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a clareza, a precisão e a explicitação do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequados aos diferentes contextos.

Sobre o Ensino Fundamental de 9 Anos:

Para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos foi elaborado este documento segundo os princípios metodológicos da Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA de 2006, aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer nº 212/2006 e instituída pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF por meio da Portaria nº 4, do dia 12 de janeiro de 2007. Destaca-se que a construção da proposta inicial do BIA contou com a participação dos professores da Rede pública de ensino por meio de debates, de encontros, de reuniões e de proposições levantadas nos processos de formação. Assim, a proposta pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, buscou, além de atender a Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, em seu art. 5º, a reorganização do tempo e do espaço escolar, a fim de que se pudesse obter um processo de alfabetização de qualidade, bem como reafirmar um dos objetivos do Plano Nacional de Educação de 2001: a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

Os professores, envolvidos no processo inicial de escolarização nas instituições públicas do Distrito Federal, sabem os sucessos colhidos e as dificuldades vivenciadas na transformação de uma unidade escolar que precisa, cada vez mais, ser acolhedora e de qualidade para todos.

Podem-se observar as duas matrizes curriculares que coexistem, atualmente, no Ensino Fundamental:

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

CRE;1º ANO; 2º ANO; 3º ANO;4º ANO;5º ANO;6º ANO; 7º ANO;8º ANO; 9º ANO.

Com isso, confirma-se a perspectiva de uma unidade escolar igualitária que se fortalece com a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, conforme legislação vigente, uma vez que um ano a mais de vida escolar traz diferenças consideráveis no percurso de escolarização do cidadão. Para isto, o BIA, a partir de uma proposta pedagógica elaborada coletivamente visando a melhoria da educação, propõe o envolvimento da unidade escolar em ações com a participação de todos para a melhoria da educação, visa envolver a unidade escolar em ações sistematizadas que

promovam a aprendizagem dos estudantes, por meio da construção de uma educação inclusiva que respeite a diversidade cultural, social, de gênero e de credo.

Nessa perspectiva, assegurar a todas as crianças um tempo/espaço ressignificado de convivência escolar e oportunidades concretas de aprender requer de todos os envolvidos na formação dessas crianças uma prática educativa fundamentada na existência de sujeitos, que como afirma Freire (1996, p. 77) “um que ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina”. É a dialética desse processo que torna a educação uma prática social imprescindível na constituição de sociedades verdadeiramente democráticas.

O BIA apresenta uma organização escolar em ciclos de aprendizagem, assim, preconiza uma unidade escolar que proporcione o avanço de todos com a qualidade de aprendizagem e respeito às questões individuais dessas aprendizagens.

A política de ciclos é foco de muitas discussões, de avanços e de recuos, e, portanto, não se pode deixar de refletir sobre o papel da sua identidade e social da unidade escolar pública e tomar como ponto de partida a análise da lógica da unidade escolar seriada e suas consequências (seletividade, exclusão, taxas de reprovação).

Seguem as mudanças que implicam a sua organização escolar:

1º - Trabalho Pedagógico: deve estar voltado para as necessidades de aprendizagem de todos os estudantes e com a garantia de um processo contínuo de aprendizagem.

2º - Progressão Continuada: os estudantes no bloco têm progressão do 1º ano para o 2º ano, e deste para o 3º ano; uma garantia de respeito aos tempos de desenvolvimento do estudante nos primeiros anos escolares.

3º - Retenção por falta ou por aprendizagem: só acontece ao final do ciclo, no 3º ano do BIA e no 5º ano.

4º - Avaliação, Currículo, Metodologia e Formação dos Professores: requerem outras organizações e ações pedagógicas pautadas na construção e no fazer coletivo.

5º - Retenção apenas por número excessivo de faltas, ou seja, estudantes com mais de 50 faltas: acontece no 1º ano, no 2º ano e no 4º ano.

A análise dos resultados do período de 2005 a 2011, após a implantação do BIA, demonstra como a organização inicial em ciclos gerou uma menor retenção de estudantes no período inicial da escolarização. Sabe-se que uma avaliação mais detalhada e um estudo sobre esta organização reclamam mais informações e análises mais aprofundadas, no entanto já é permitida uma constatação, os resultados das

avaliações externas e essa análise inicial apontam que a qualidade de ensino, com a organização escolar em ciclos de aprendizagem, por meio do BIA, tem sido maior e melhor e tem promovido mudanças significativas para o alfabetizar/ letrando.

Eixos Transversais

Os Eixos Transversais em conformidade com o Currículo em Movimento: a Educação para a Diversidade, Cidadania e Direitos, e Educação para a Sustentabilidade.

A expectativa é de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao “mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam na escola.” (Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos, pp 36).

I - Educação para a Diversidade

A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Orgânica asseguram a todos, o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, bem como a garantia de direito às pessoas, independentemente de idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano ou religião. A SEEDF reestrutura seu Currículo de Educação Básica partindo da definição de diversidade, com base na natureza das diferenças de gênero, de intelectualidade, de raça/etnia, de orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de patrimônio, de classe social, diferenças motoras, sensoriais, enfim, a diversidade vista como possibilidade de adaptar-se e de sobreviver como espécie na sociedade.

II. Cidadania e Direitos Humanos

Almeja-se que as pessoas e ou grupo social que comungam do espaço escolar se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que respeitem os direitos do outro. Busca-se, portanto, desenvolver a sensibilidade ética nas relações interpessoais com todas as formas de vida. Nesse

horizonte, a finalidade da Educação em e para os Direitos Humanos é a formação na e pela vida e convivência. (Pressupostos Teóricos – Currículo em Movimento da Educação Básica, pp 56).

III. Educação para a Sustentabilidade

O eixo transversal Educação para a Sustentabilidade, no currículo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sugere um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidária, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, ente outros.

12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

A escola é um espaço institucional que tem como objetivo a troca de experiências para desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Diante disso assumimos o compromisso de construir uma gestão democrática e participativa. Nela a organização do trabalho pedagógico tem como um dos princípios norteadores as palavras do professor Carlos Mota que diz:

“É urgente, portanto, **um novo olhar para o trabalho escolar**, sua organização e sua vinculação como meio de inclusão ou exclusão social. Como nas palavras do novo presidente, esse é um tempo em que o "Brasil reencontra o Brasil", cabe à escola, também, reencontrar-se... O novo ciclo descortina um horizonte de possibilidades no campo educacional que, já há algum tempo, busca outros caminhos para a educação do século XXI” (PPP da SEDF-2013).

Grifo nosso.

12.1 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS

A escola funciona nos períodos matutino e vespertino. O horário de entrada e saída dos estudantes do turno matutino é de 7h30min às 12h30min, do turno vespertino é de 13h às 18h. O horário de coordenação pedagógica dos professores que ministram aula no turno matutino é de 13h30min às 16h30min, dos professores que ministram aula no turno vespertino é de 9h às 12h.

Espaços físicos

No momento, a Escola possui os seguintes espaços físicos:

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	Adequado	Inadequado	Observações
Direção	1	X		
Secretaria	1	X		
Sala de Professores	1	X		
Salas de Reforço	1	X		Local utilizado para realização do Projeto Interventivo

Sala polo de apoio a aprendizagem	1	X		
Sala de Coordenação Pedagógica	1	X		
Sala de aula	27	X		Segurança (grade nas janelas do andar superior)
Depósito	3		X	Espaço pequeno, não suporta a quantidade de materiais que a escola possui.
Quadra de esportes coberta	1	X		
Circulações internas	5	X		
Cozinha	1	X		Necessita de reforma para os padrões técnicos da Comissão de Alimentação Escolar
Banheiros	10	X		
Sala de Leitura	1	X		Os professores utilizam por meio de agendamento das turmas, além de empréstimos de livros aos estudantes.
Reprografia	1	X		
Sala de Psicomotricidade	1	X		
Sala de Vídeo	1	X		Os professores utilizam por meio de agendamento das turmas.
Sala de Recursos	1	X		Não dispõe de profissionais
Sala de Apoio a Aprendizagem	1	X		A escola conta com 1 profissional, sendo que deveriam ser 2.,
Sala do apoio Administrativo	1	X		.
Copa	1		X	Espaço não adequado para quantidade de servidores
Refeitório	1	X		
Guarita	1	X		
Pátio de entrada	1	X		
Estacionamento	1		X	Não comporta a quantidade de servidores.
Quadra coberta	1	x		

Área de convivência	1		x	
---------------------	---	--	---	--

Atualmente estão matriculados em nossa Escola, cerca de 1.252 estudantes distribuídos da seguinte maneira:

PERÍODO/ANO	Nº DE TURMAS	TURNO	ESTUDANTE
1º ANO	05	MATUTINO	114
	05	VESPERTINO	118
2º ANO	05	MATUTINO	113
	06	VESPERTINO	131
3º ANO	07	MATUTINO	166
	05	VESPERTINO	115
4º ANO	05	MATUTINO	107
	06	VESPERTINO	131
5º ANO	05	MATUTINO	133
	05	VESPERTINO	124

12.2 RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

A Gestão Democrática prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/1996) em seu artigo 12. VI, estabelece uma nova perspectiva de Planejamento Participativo, possibilitando a autonomia das escolas em definir as suas regras democráticas bem como a participação da Comunidade Escolar. Com base nessa premissa a Escola Classe 203, procura a cada dia estreitar os laços do relacionamento com toda comunidade, seja por meio do pronto atendimento a qualquer momento quando solicitada, ou por meio de convocações e convites a eventos promovidos pela instituição.

A organização do trabalho pedagógico é pautada em projetos bimestrais definidos pelo grupo de professores e servidores na Semana Pedagógica, das quais foram escolhidos: Identidade, Regiões Brasileiras, Meio Ambiente e Diversidade.

Para o desenvolvimento dos projetos, elaboram-se sequências didáticas desenvolvidas pela equipe de professores e serviços de apoio para que os estudantes sejam protagonistas de suas aprendizagens, para se tornarem cidadãos críticos e atuantes.

12.3 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A relação entre teoria e prática é baseada na formação dos educadores, a teoria se ocupa da pesquisa unindo-se com os problemas reais que aparecem no dia-a-dia do professor, as escolhas feitas a partir desses problemas reais é que devem estar pautadas na teoria pedagógica. A prática é a exigência da reflexão crítica, pois dela se tem as ideias, a ação criativa, possibilidades. Assim, a Equipe Gestora encoraja os professores a participarem dos cursos de formação oferecidos pela EAPE, como nas Coordenações Coletivas, a supervisão pedagógica articula momentos de aprendizagem para os docentes.

12.4 METODOLOGIA DE ENSINO

Na EC 203 as metodologias de ensino adotadas é a partir de projetos macros por semestre. No ano de 2024 no 1º semestre o tema é **Sustentabilidade** e no 2º semestre é **Diversidade**. A partir dos projetos, os anos coordenam sequências didáticas ao longo do semestre envolvendo o cronograma anual planejado na Semana Pedagógica.

12.5 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, abriu-se a possibilidade de estados e municípios organizarem seus sistemas de ensino de forma autônoma. "... séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados", diz a lei em seu artigo 23. Com base essa premissa, abriu-se a discussão entre professores, coordenadores e equipe gestora a Escola Classe 203, sobre como

classificar o trabalho pedagógico. Decidimos com o apoio da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria, implantar as etapas de ensino em ciclos.

Os ciclos organizam o tempo escolar de acordo com as fases de crescimento do ser humano, sabendo disso, as organizações dos anos nessa instituição também se dividem de acordo com as fases acima citadas. Dentro das seguintes etapas:

- Etapa da **infância** que corresponde aos estudantes dos 1^{os}, 2^{os} e 3^{os} anos do Ensino Fundamental do Bloco Inicial de Alfabetização BIA (6 a 9 anos)
- Etapa da **pré-adolescência** que corresponde aos estudantes dos 4^{os} e 5^{os} anos do Ensino Fundamental (9 a 11 anos).

Seguindo a orientação da Secretaria de Educação do Distrito Federal, os estudantes do 1º, 2º e 4º ano terão progressão continuada, havendo reprovação apenas por faltas. Os estudantes do 3º e 5º ano, reprovação por faltas e por avaliação formativa - processual. Contudo, seguindo as Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais – 2ª edição (2021), alguns critérios para a reprovação por falta devem ser observados, onde deve ser esgotada todas as possibilidades de busca-ativa desses estudantes.

13. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR

No ano de 2024, a Escola Classe 203 de Santa Maria, participará dos seguintes projetos institucionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal

- Circuito de Ciência

Em sua 13ª edição, o Circuito de Ciência das Escolas Públicas do Distrito Federal, ainda trará em seus objetivos, no ano de 2024, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, a EC 203 desenvolverá a sua 1ª Feira do Conhecimento, propondo a comunidade escolar práticas exitosas de desenvolvimento sustentável.

- SuperAção

Com objetivo de superar a distorção idade/ano dos estudantes da Rede Pública do Distrito Federal, a SEEDF propõe a reconstrução da trajetória, recuperando conteúdos não vivenciados, podendo progredir em até 2 anos para a sua correção de fluxo.

ALFALETRANDO

Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal



No ano de 2023 como resposta aos índices de alfabetização, o Ministério da Educação instituiu por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com objetivo central de alfabetizar 100% das crianças brasileiras ao final do 2º ano do ensino fundamental, e ainda garantir a recomposição das aprendizagens das crianças vinculadas ao 2º, 3º e 4º ano.

O Distrito Federal ciente da importância de ter todas suas crianças alfabetizadas, adotou o CNCA e seu objetivo, e por meio da Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) instituiu o Programa Alfaletorando através do Decreto nº 45.495/2024. Duas instâncias também foram instituídas por meio do documento, o Comitê Distrital da Alfabetização (Codalfa) com finalidade de realizar a governança

sistêmica e a Rede Distrital de Alfabetização e Letramento (Redalfa), que deve garantir a gestão e execução das formações e acompanhamentos.

O Alfaetrando estabelece cinco eixos que norteiam o desenvolvimento do programa: gestão e governança, acompanhamento pedagógico e formação continuada, avaliação, infraestrutura física e pedagógica, e boas práticas, seguindo os mesmos do Compromisso Nacional.

Embasadas nos cinco eixos do programa, a SEEDF oferta aos professores de 1º e 2º ano formações semanais com intuito de refletir, discutir e repensar a Organização do Trabalho Pedagógico na Alfabetização, ampliando o olhar docente sobre o ensino da língua e o letramento matemático no planejamento, intervenção e acompanhamento do processo de alfabetização.

Para além da formação do docente, o Alfaetrando oferece material pedagógico suplementar:

- **Caderno do Professor:** Oferece reflexões sobre a alfabetização e sugestões de atividades didáticas para auxiliar os professores na condução de intervenções com os alunos do 1º e 2º ano.
- **Cadernos do Estudante:** Trazem atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e letramento nas crianças.

Um Articulador Local Itinerante assistirá às Unidades Escolares, este realizará visitas com objetivo de acompanhar o desenvolvimento do programa, seguindo a tabela abaixo:

Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4	Turma 5
Matutino	Matutino	Matutino	Vespertino	Vespertino
CAIC SM CEF 403 EC 203 EC 218	CAIC AS EC 01 PR EC 100 EC 116 EC 206	CEF 418 CEF SD CEF SL EC 215	CAIC SM CEF 403 EC 100 EC 203 EC 206	CAIC AS CEF 308 EC 01 PR EC 116 EC 215

14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

No ano de 2024, a Equipe Gestora juntamente com a comunidade escolar, avaliaram os projetos desenvolvidos na EC 203 e com objetivo de desenvolver um estudante integral em sua totalidade, ficou afirmado que os projetos a serem desenvolvidos serão:

- Projeto Cidadania - Hora Cívica: Os estudantes serão orientados e incentivados a conhecerem e cantarem a letra correta do Hino Nacional Brasileiro, bem como, postura adequado na Hora Cívica. O projeto contará, uma vez por mês, de instituições parceiras a fim de incentivar os estudantes sobre a importância desse momento, como Batalhão Escolar, Exército, bombeiros, Guarda-mirim, entre outros.
- Projeto Leitores do Futuro: Com intuito de estimular o prazer da leitura e possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação, possibilitando produções orais, escritas e em outras linguagens, o Projeto Leitores do Futuro continua sendo um dos projetos macros da EC 203. No ano de 2024 será desenvolvida a Sacola da Leitura, rodas de conversas com autores de livros do DF e principalmente busca da reforma do espaço da Sala de Leitura e aquisição de novos livros literários, com verbas parlamentares.
- Projeto Recreio Legal: Por meio dessas brincadeiras e jogos, os professores poderão observar e construir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma individualmente, registrando suas capacidades de uso das linguagens, capacidades sociais e recursos afetivos e emocionais. O Recreio Legal acontecerá uma vez ao mês, com tempo estimulado de 20 minutos e sua temática será de acordo com os conteúdos trabalhados naquele mês.
- Projeto Escola Matemática: a matemática sempre foi vista como a disciplina mais difícil de ser aprendida, causando rejeição nos estudantes. Assim, o objetivo desse projeto é trazer de forma mais lúdica e prazerosa o ensino da matemática, e para isso faz-se necessário a formação pedagógica dos professores nas coordenações coletivas sempre que necessário. Estas formações terão com meta trazer atividades lúdicas e inovadoras para o ensino da Matemática.

- Projeto Psicomotricidade: Tem como finalidade propiciar o desenvolvimento psicomotor dos estudantes, na sua execução, habilidades de equilíbrio, coordenação, imagem e esquema corporal, orientação espacial e temporal e percepção visual e tátil, dentre outras habilidades.

14.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP

Os projetos elencados articulam-se com os itens: Reduzir os índices de reprovação no 3º e 5º anos ao final do ano letivo através de ações que proporcionem a recomposição das aprendizagens e que diminua a infrequência; revitalizar sala leitura e sala de informática; implementar a Sala de Psicomotricidade; revitalizar o espaço do parquinho; resgatar o gosto dos estudantes pela leitura.

14.2 Articulação com o currículo em movimento

Os projetos desenvolvidos nessa escola estão embasados no Currículo em Movimento do Distrito Federal - anos iniciais. O Projeto Escola Matemática e Leitor do futuro, por exemplo, se articulam com todos os objetivos curriculares do 1º ao 5º ano, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, observando as particularidades de cada ano. O objetivo é elevar os índices de aprendizagem nessas disciplinas, principalmente nas avaliações externas.

14.2 Articulação com o PDE

Os projetos desenvolvidos na EC 203 pautam-se no que diz a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 205 [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no artigo 225 inciso VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Em relação ao PDE: a Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.

15. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS DO GOVERNO E/OU COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CÍVIL

- Programa Saúde na Escola (PSE): Esse Programa tem como objetivo promover parceria entre a SEE-DF e a SES-DF a fim de realizar ações em conformidade com o planejamento conjunto considerando o contexto escolar e social dos alunos. Principais ações:
 - ❖ Combate ao mosquito Aedes Aegypti;
 - ❖ Prevenção e avaliação da saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
 - ❖ Promoção de alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
 - ❖ Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais e alteração.
- Projeto Pacto pela Alfabetização: desenvolvido com os estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, em uma parceria da CRE de Santa Maria com o Instituto Raiar e Instituto Edube. Esse projeto tem um ensino estruturado, que visa a alfabetização dos estudantes por meio do método fônico com o objetivo de alcançar a alfabetização na idade certa. No ano de 2024, o projeto encerrará o seu vínculo com a SEDF e a CRE de Santa Maria.
- Um por todos e todos por um: é fruto de uma parceria firmada entre a CGU e o Instituto Maurício de Sousa com o objetivo de disseminar entre as crianças valores relacionados à participação social, democracia, autoestima, respeito à diversidade, responsabilidade e interesse pelo bem-estar coletivo.

15.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP

Os projetos elencados articulam-se com os itens: Respeitar a diversidade humana, garantindo a inclusão com qualidade; Compreender criticamente a realidade histórico-social; Comprometer-se ética e politicamente com a transformação da realidade social: superação das marcantes desigualdades sociais; Buscar a participação efetiva de todos os autores e atores da prática educativa, discutindo as diretrizes gerais da política educacional e propondo formas de intervenção na realidade.

15.2 Articulação com o currículo em movimento

Os projetos desenvolvidos nessa escola estão embasados no Currículo em Movimento do Distrito Federal - anos iniciais. O Programa Saúde nas Escolas tem atividades da Semana Saúde na Escola, parte do ciclo do PSE, incluem diferentes especialidades, como vacinação, saúde bucal, alimentação saudável, promoção de atividade física, entre outras, incluso esses nos objetivos do Currículo em Movimento, assim como os demais projetos que envolve princípio ético e de cidadania.

15.3 Articulação com o PDE

Os projetos desenvolvidos na EC 203 pautam-se no que diz ao PDE, no artigo 2, inciso VI – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, considerando as características econômicas do Distrito Federal e a Meta 2 de garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano, bem como as estratégias dessa meta que visam a educação ética.

16. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR

A avaliação nas unidades escolares públicas do Distrito Federal é norteada pelo documento Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem da Educação Básica, que se baseia a avaliação nos anos iniciais na observação e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas, em três eixos: Avaliação em larga escala, Avaliação Institucional e Avaliação Formativa.

16.1 AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

Sendo diagnóstica e contínua, a avaliação permite a verificação dos avanços obtidos pelo aluno e pelo planejamento docente considerando as dificuldades enfrentadas no processo e a busca de soluções. A recuperação de objetivos não alcançados, individualmente ou em grupo, ocorre de forma paralela ao desenvolvimento curricular, por meio de atividades diversificadas, reforço, atendimento individual e outros procedimentos oportunos em cada caso.

Para os alunos do Bloco Inicial de Alfabetização do Ensino Fundamental (BIA), bem como para os 4º e 5º anos, utilizam-se também projetos interventivos e reagrupamentos. No 1º e 2º ano do BIA, bem como no 4º ano do 2º Bloco, a avaliação da aprendizagem não tem caráter promocional e a retenção nessas etapas dar-se-á apenas para os alunos que não obtiverem 75% de frequência no ano letivo. A retenção por aprendizagem poderá ocorrer apenas no 3º ano do BIA e no 5º ano do 2º Bloco. Os professores elaboram ao final de cada bimestre o Registro Avaliativo (RAV), que tem por objetivo descrever as aprendizagens alcançadas ou não de acordo com os objetivos traçado naquele bimestre pelos professores dos anos, bem como os aspectos emocionais e os acompanhamentos realizados pelas Equipes de Apoio. Os relatórios são apresentados nas reuniões de pais e/ou responsáveis realizadas ao final de cada bimestre, a fim dos mesmos terem ciência dos avanços escolares e juntos traçarem estratégias para o bom desenvolvimento dos estudantes.

16.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

Além dessas ferramentas da Avaliação Formativa, a EC 203 também participa dos processos de Avaliações em Larga Escala e de Rede (SAEB, SIPAE/DF – AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA), cujo objetivo é diagnosticar nos alunos o nível de domínio de competências essenciais para a plena formação de indivíduos capazes de participar ativamente da sociedade. A avaliação acontece a cada 2 anos e os resultados obtidos é amplamente divulgado nas reuniões de pais e professores, além de discutido as fraquezas e potencialidades do resultado para que possamos traçar estratégias e ações para novo ciclo da avaliação em larga escala.

Desde o ano de 2022, a SEEDF trouxe em suas ações, em um mundo pós-pandêmico, uma avaliação diagnóstica foi instituída, com objetivo de colher dados acerca do nível de conhecimento dos alunos, considerando o repertório prévio que adquiriram, tornando possível avaliar a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, tornando possível uma otimização do planejamento de acordo com os resultados obtidos. A mesma é aplicada, segundo calendário oficial da SEDF, para os alunos do 2º ano ao 5º ano, pelo corpo docente da escola e corrigido pelos mesmos.

16.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Avaliação Institucional acontece segundo calendário da SEDF, como instrumento para caracterizar os ambientes de aprendizagens dos estudantes e de trabalho dos servidores, identificando eventuais fragilidades e potencialidades para subsidiar a proposição de planos, programas, projetos e políticas públicas. São aplicados questionários para todos os setores específicos da educação, bem como a comunidade escolar.

16.4 ESTRATÉGIAS QUE IMPLEMENTAM A PERSPECTIVA FORMATIVA DA AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

16.4.1 FÓRUM PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA CRE DE SANTA MARIA

Fórum Permanente de Avaliação da CRE de Santa Maria (segue o texto): O Fórum Permanente de Avaliação da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria prima pela problematização dos resultados das avaliações externas (nacionais, distritais e regionais); a reflexão das ações didáticas desenvolvidas e porvirem; pelo debate e o planejamento de estratégias com vistas à perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens, avaliação do desempenho e o alcance de metas pedagógicas, a princípio, atendendo do 3º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, como foi concebido.

Esta edição do Fórum Permanente de Avaliação - Ano 2, objetiva a interpretação dos resultados da Prova Diagnóstica 2024 para intervir no processo de recomposição das aprendizagens, qualificando o instrumento utilizado com propositura formativa. As ações desenvolvidas também contemplarão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (resultado, escala de proficiência/habilidades), do Saeb 2023. O Currículo em Movimento da SEE será considerado o eixo central deste paralelo a ser realizado, direcionando estratégias como: Curadoria educacional, Relatórios de planejamento (PRAD) e avaliação do que foi desenvolvido (RADe). Recomenda-se que o acompanhamento das metas pedagógicas da unidade de ensino seja ostensivamente observado (e compartilhado entre o colegiado) assim como os resultados gerados a partir da recomposição das aprendizagens, cuja avaliação do desempenho dar-se-á com a estratégia “Diagnóstico Processual”, concretizada com o Caderno de resultados.

16.5 CONSELHO DE CLASSE

Ainda como caráter avaliativo, o Conselho de Classe tem “... o status de colegiado que comporá com os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola, destinando a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem.” (Diretrizes de Avaliação Educacional, 2014, p.274).

Sendo assim, o Conselho de Classe realizará reuniões bimestrais durante o ano letivo e nos períodos que forem necessários para condução e avaliação dos estudantes e do processo de ensino, a fim de propiciar momentos para identificar, refletir, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola.

O conselho de classe é um espaço de reflexão pedagógica que verifica se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos avaliativos e ações estabelecidas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola, estão sendo realizados de maneira coerente e de que maneira podem ser aprimorados.

O conselho de classe é deliberativo, portanto, as decisões acordadas por todos os presentes são seguidas, desde que não extrapolem direitos constitucionais. Está previsto para acontecer ao término de cada bimestre. Além dos professores, participam a diretora, vice-diretora, supervisora pedagógica, o coordenador pedagógico referente aquele ano, equipe especializada de apoio à aprendizagem e sala de recursos.

17. PAPÉIS E ATUAÇÕES

17.1 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO E APRENDIZAGEM

O SEAA de caráter multidisciplinar, constituído por profissionais com formação em Psicologia e Pedagogia, atua em articulação com os profissionais da Orientação Educacional (OE) e do Atendimento Educacional Especializado AEE. O SEAA deve desenvolver ações institucionais, que visem qualificar os processos educativos ofertados com vistas ao sucesso escolar de todos os estudantes. O SEAA é composto por Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) e Salas de Apoio à Aprendizagem (SAA).

As CRE, por meio da UNIPLAT, deverão indicar à SUPLAV a disponibilidade de espaço físico para o funcionamento do SEAA.

As EEAA promovem reflexões para o desenvolvimento de competências, recursos e habilidades necessárias ao aprimoramento das práticas educativas, privilegiando os processos de desenvolvimento e aprendizagens dos sujeitos nos tempos e espaços coletivos.

Cabe aos profissionais da EEAA, após acompanhamento e intervenção, de acordo com os Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares e Níveis de Intervenção (PAIQUE), orientar a Unidade Escolar sobre as adequações educacionais necessárias para os estudantes. Essas orientações devem constar no Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional (RAIE), cuja finalidade é fornecer dados educacionais significativos que contribuam com o professor no atendimento às necessidades educacionais especiais desse estudante.

Nas Unidades Escolares em que não há profissionais da EEAA, os responsáveis pela análise das necessidades pedagógicas do estudante serão o OE, a Equipe Gestora e a Coordenação Pedagógica, sendo necessário manter o registro dessa análise no dossiê do estudante.

Após a análise das queixas escolares, os estudantes serão acompanhados pela EEAA de suas Unidades Escolares, conforme previsto na Orientação Pedagógica do SEAA. Na ausência desse serviço, após as intervenções propostas e previstas nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização

Escolar dos Ciclos para as aprendizagens, o caso poderá ser encaminhado à Coordenação Intermediária do SEAA para análise e estudo de caso.

As SAA são o atendimento ofertado a estudantes com Transtorno Funcional Específico (TFE), com dificuldades acentuadas no processo de escolarização, conforme estabelecido nesta Estratégia de Matrícula, com o objetivo de desenvolver atividades sistematizadas que possibilitem ao estudante o desenvolvimento de estratégias para superação das dificuldades apresentadas.

Haverá atendimento nas SAA aos estudantes com TFE, tais como: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), Dislexia, Dislalia, Discalculia, Disgrafia, Disortografia, Transtorno Específico das Habilidades Escolares, Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Transtorno de Conduta (TC); mediante Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional elaborado pela EEAA ou correspondente, que evidencie as aprendizagens dos estudantes e/ou as dificuldades acentuadas de escolarização dos estudantes em decorrência do TFE. Quando o TFE estiver associado à Deficiência, TEA ou AH/SD caberá à EEAA, em articulação com o AEE, a indicação para matrícula e respectivos atendimentos, que melhor favoreçam as condições de participação e aprendizagem, considerando as especificidades do estudante.

Pedagoga: Vanessa Lourenço Pavezi

Pedagoga do Polo: Antônia Raquel de Sousa Silva

17.2 ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O (a) Pedagogo (a) – Orientador (a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade. A Orientação Educacional assumiu seu papel na garantia dos direitos estudantes, acolhendo-os e encaminhando-os, sempre que necessário, aos serviços de saúde, justiça, segurança, assistência social etc.

Dentro das ações desenvolvidas pela Orientação Educacional estão: atendimento Individual e em grupo aos estudantes e professores; acompanhamento do processo de ensino aprendizagem; assessoramento aos professores; adaptação do estudante ao ambiente escolar; atendimento às famílias e acompanhamento da frequência escolar; participação na elaboração do PPP, participação nas coletivas institucionais, conselhos de classe e formação continuada; encaminhamentos dos

estudantes para a rede interna e/ou externa sempre que necessário. Assim, como está descrito as ações no Plano de Ações Específicos.

Orientadora Educacional:

- Paula Magalhães

17.3 ATUAÇÃO DA SALA DE RECURSOS

O atendimento na Sala de Recursos visa o ajuste da aprendizagem e a socialização do aluno com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente escolar, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas à autoestima, concentração, produções de textos e artísticas, jogos e brincadeiras, elaboração e acompanhamento das avaliações, facilitando assim a inserção do aluno na sala de aula.

Professora da Sala de Recursos: Não possui profissional da Sala de Recurso

17.4 PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR: MONITOR, EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO, JOVEM CANDANGO, ENTRE OUTROS

A escola possui 3 monitores da Carreira Assistência e 13 educadores sociais, atuando ano apoio dos estudantes ANEE's, garantindo a segurança e atenção que cada estudante requer.

Suas atribuições são voltadas primeiramente para o cuidado com a higiene, mobilidade e alimentação, mas contribuem fortemente no processo pedagógico, já que 68 estão totalmente voltadas as necessidades das crianças a que atendem. Sendo assim, o professor planeja e orienta os estudantes em suas atividades pedagógicas, mas sempre são auxiliados pelos monitores/ESV que estão lado a lado com os estudantes. Principais atribuições: I - Auxiliar os estudantes com Deficiência e/ou Transtorno Espectro do Autismo/TEA nas atividades diárias, autônomas e sociais que seguem: a - refeições; b - uso do banheiro, escovação dentária, banho e troca de fraldas; c - locomoção nas atividades realizadas na unidade escolar e atividades extraclasse; d - para se vestirem e se calçarem; e - atividades recreativas no parque e no pátio escolar; II - Realizar, sob a supervisão do professor, o controle da sialorreia (baba) e de postura do estudante, como ajudá-lo no sentar-se/levantar-se na/da

cadeira de rodas, carteira escolar, colchonete, vaso sanitário, brinquedos no parque. III - Acompanhar e auxiliar o estudante cadeirante, que faz uso de órtese e prótese, para todos os espaços escolares a que ele necessitar ir, como também, em outros, fora do ambiente escolar. IV - Auxiliar os estudantes que apresentam dificuldades na organização dos materiais. V - Informar ao professor regente as observações relevantes relacionadas ao estudante, para fins de registro e/ou encaminhamentos necessários. VI - Acompanhar e auxiliar o estudante durante as atividades em sala de aula e extraclasse que necessitem de habilidades relativas à atenção à participação e à interação. VII - Apoiar o estudante que apresente episódios de alterações no comportamento, quando necessário, conforme orientação do professor. VIII - Favorecer a comunicação e a interação social do estudante com seus pares e demais membros da comunidade escolar.

A EC 203 possui Monitores e ESV que auxiliam os alunos com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente escolar, de acordo com as portarias específicas de cada um:

Monitores:

- Marlene Pereira de Jesus;
- Stéfanny de Souza Pereira;
- Géssica de Oliveira Motta

Educador Social Voluntário:

- Beatriz Romão;
- Bianca de Jesus Ferreira
- Davi Alencar da Silva
- Dilene de Souza Santos;
- Eudete Cardoso Pereira
- Jacira Fabiana da Silva Alves;
- Katherine Sophia Felix Ferreira
- Krislley Karissy Feitosa Silva
- Matheus dos Santos Silva
- Odalia de Sousa da Silva
- Siria de Nazareth Frazão da Silva Costa
- Sthefany Gomes Monteiro;

- Rosemary Frazão Furtado;

17.5 BIBLIOTECA ESCOLAR

A EC 203 possui uma sala de leitura onde passou a ser um elo de ligação entre alunos, professores e leitura, tornando-se um importante ambiente de motivação para o ensino e aprendizagem.

17.6 CONSELHO ESCOLAR

Informa-se que não houve número de candidatos suficientes para a eleição no ano de 2023. Assim, espera-se nova eleição para o Conselho Escolar.

17.7 ATUAÇÃO DOS PROFESSORES READAPTADOS

A EC 203 possui 3 professores readaptados em suas funções, que atuam com projetos educacionais específicos de acordo com a sua readaptação e a necessidade da escola:

- Professora Meira Borba - atua na Sala de Leitura;
- Professora Amanda Lima – Apoio a Direção (readaptada em abril 2022)
- Professora Thádia – atua na Sala de Informática

17.8 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

17.8.1 PAPEL E ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Uma escola pensada e organizada por todos os que dela fazem parte tem maiores chances de ser uma escola adequada aos interesses e necessidades dos sujeitos que nela convivem, trabalham, ensinam, aprendem e avaliam. A perspectiva de escola democrática, participativa, autônoma tem sido reforçada nos últimos anos, desde a promulgação da LDB 9.394/96. No DF a Lei 4.751/2012 – Gestão Democrática reforça e recomenda a criação de instâncias colegiadas no âmbito escolar, como princípio para a efetivação da gestão democrática, sendo a coordenação pedagógica espaço-tempo de constituição de um colegiado pedagógico.

Nesse contexto, todos os sujeitos são importantes, mas um especialmente, merece destaque neste Documento, o (a) coordenador(a) pedagógico (a). Qual é o papel desse ator nos movimentos de elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto político-pedagógico da escola?

O (a) coordenador (a) pedagógico (a) como educador-formador, tendo em vista o trabalho pedagógico coletivo, apresenta a complexidade de qualquer ação que defende e pretende o crescimento e a construção da autonomia pedagógica dos profissionais com os quais desenvolve suas funções (BRUNO, 2001). A ele compete articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político-pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola. Embora, a construção de um grupo não seja tarefa fácil, conseguida num passe de mágica, a coesão e a cumplicidade do grupo são possíveis, desde que, haja a disposição de todos em promover as mudanças a partir do projeto político-pedagógico da escola, construído coletivamente.

Algumas queixas por parte dos professores são comuns nos momentos de coordenação pedagógica, principalmente as relacionadas à relação teoria-prática. O cotidiano complexo do trabalho docente acaba levando (a) a querer e a buscar alternativas didáticas mais práticas para a realização do seu trabalho, no entanto, isso não quer dizer que privilegiaremos apenas a prática com um fim em si mesma. Até porque se assim for, não contribuiremos para a formação continuada reflexiva dos profissionais. Diante disso, cabe ao (a) coordenador (a) pedagógico (a):

1. Discutir o entendimento de teoria e de prática, mostrando que as referências para a construção de teorias são sempre as práticas constituídas pela humanidade. Muitos textos, vídeos podem auxiliar o (a) coordenador (a) na condução desse debate.
2. Ouvir os (as) professores (as) para identificar suas demandas práticas e recomendar estudos que auxiliem na reflexão sobre o trabalho pedagógico. À medida que forem compreendendo os aspectos envolvidos nas suas práticas e ampliando seu campo de visão sobre seu trabalho, os (as) professores (as) perceberão a necessidade das discussões e estudos teóricos na coordenação pedagógica.
3. Criar mecanismos que favoreçam a articulação da teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões. Para isso, podemos recorrer a Oficina Pedagógica da Coordenação Regional de Ensino para

inserir atividades nas coordenações pedagógicas que vão ao encontro do desejo e necessidade do (a) professor (a), aproveitando para promover uma discussão teórica sobre o jogo, material didático, que será confeccionado. Solicitar aos professores sugestões de textos, reportagens, livros que tenham lido, estudado e que recomendam ao grupo. Os (as) professores (as) gostam de compartilhar suas leituras, experiências, sugestões didático-metodológicas.

17.8.2 DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

I. Coordenação Coletiva

A coordenação pedagógica nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, prevista em Portaria, é resultante de conquista política dos professores, por meio de lutas históricas travadas durante anos, sob o argumento de que contribuiria para a melhoria da qualidade social da educação pública. O Distrito Federal é referência dessa conquista em relação aos demais estados e municípios brasileiros. A garantia desse espaço-tempo reflete o compromisso do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação.

Para ressaltar o caráter coletivo da coordenação pedagógica, destacamos o prefixo “co” da palavra coordenação significando estar próximo, junto com os pares, representa a possibilidade de uma co-ordenação. Para Anastasiou (2009, p. 223) coordenação “[...] é o ato de conjugar, concatenar um conjunto de elementos ou atividades, ou a gestão de determinado projeto ou setor, sendo responsável pelo andamento, pelo processo (setor, equipe, projeto, etc.)”.

Segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede pública do Distrito Federal. São direitos do professor, além dos conferidos pela legislação específica vigente: Art. 46. Inciso V; utilizar o período de coordenação pedagógica para fins de formação continuada de atendimento as necessidades dos alunos. Portanto a coordenação coletiva é um espaço privilegiado para planejamento do PPP, formação continuada do professor, debates acerca dos temas transversais e do currículo, palestras e etc. A coordenação coletiva acontece sempre às quartas-feiras, salvo algum imprevisto.

Para se promover a aprendizagem dos estudantes é fundamental o investimento na formação do professor num processo de desenvolvimento profissional docente que

possibilite a ele olhar para a própria trajetória profissional de forma reflexiva e assumir o compromisso com o processo de ensino e aprendizagem, descobrindo o que ainda precisa aprender e desafiando-se a aprimorar suas práticas pedagógicas a cada dia.

A coordenação pedagógica deve ser entendida como o espaço-tempo privilegiado de articulação do projeto político-pedagógico, na medida em que nela se organiza a reflexão, a participação e os meios para a implementação do projeto.

A coordenação pedagógica é também o espaço de formação continuada dos professores, o que implica na necessidade de sua significação, como possibilidade de construção coletiva, de trocas de experiências e de vivências significativas para o aprimoramento do fazer pedagógico. A Equipe Gestora juntamente com o supervisor pedagógico traça estratégias como:

- Planejar e orientar o desenvolvimento das estratégias de avaliação diagnóstica. (Teste da psicogênese, avaliações e portfólio)
- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração do Projeto Interventivo, a partir do projeto político-pedagógico da escola.
- Estimular e dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das estratégias de reagrupamento. Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das didáticas utilizadas pelos alfabetizadores.
- Estimular a participação dos professores nas coordenações pedagógicas da escola, nos cursos e oficinas oferecidos pelo UNIEB e EAPE.

II. Coordenação Individual

A coordenação individual é um espaço onde o professor se reúne com coordenador para planejar as atividades do ano, projetos, reagrupamentos, projeto interventivo, atividades como festas, aberturas e fechamento de projetos etc. Segundo a concepção de formação continuada, defendida no BIA, implica, dentre outros fatores, na otimização dos espaços e tempos destinados à coordenação pedagógica como possibilidade de construção coletiva, de trocas de experiências e de vivências significativas para o aprimoramento do fazer pedagógico.

Para garantir a qualidade das ações pedagógicas, a aprendizagem significativa para todos os estudantes, a oferta de vários espaços de aprendizagem, as diversas

possibilidades de interação e a efetivação dos princípios do trabalho pedagógico, é preciso ter o planejamento como ferramenta de fundamental importância.

O planejamento, como reflexão-ação-reflexão, deverá partir de uma avaliação diagnóstica, dentro de uma concepção formativa, em consonância com as Diretrizes de Avaliação da SEDF. É um momento para se encontrar novas maneiras de promover a aprendizagem e uma ferramenta para o conhecimento e a reflexão da realidade da unidade escolar, de suas potencialidades, de seus acertos e erros, de suas necessidades; e a partir dele buscar alternativas, tomar decisões, revisar as ações e solucionar os problemas.

Na coordenação pedagógica, os professores procuram avaliar, refletir, e planejar estratégias pedagógicas mais adequadas e indicadas a sua turma e a cada estudante. Outro espaço valioso é o planejamento com pares em que os professores atuantes no mesmo ano de escolarização se juntam para trocar experiências, enriquecer ideias e lançar olhares diferentes para a realidade da unidade escolar e dos estudantes. Esses momentos oportunizam o planejamento como ato coletivo, interativo, com a articulação e o envolvimento dos profissionais por um objetivo comum: a aprendizagem.

De acordo com a metodologia de acompanhamento pedagógico sistemático, que será apresentada mais à frente, ao discutirmos a avaliação, a realização do diagnóstico, trará visibilidade às diversas necessidades, possibilidades e potencialidades dos estudantes. A partir delas, então, o professor, na organização de seu planejamento, deverá elaborar, criar e elencar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades educativas dos seus estudantes.

17.8.3 Valorização e formação continuada dos profissionais da Educação

A EC 203 de Santa Maria trabalha pela valorização e a formação continuada dos seus profissionais. Dentre as ações realizadas estão:

- Produção de caderno e kit pedagógico para os professores e demais profissionais da escola;
- Utilização de mensagens motivacionais nas reuniões coletivas;
- Realização de confraternizações esporádicas como forma de acolhimento e agradecimento pelo trabalho realizado pela equipe, realizadas no início e encerramento de cada período e no dia dos professores e servidores públicos;

- Disponibilização anualmente de materiais e didáticos adequados para a atuação docente;
- Promoção de coordenações com momentos para interações e trocas de experiências exitosas dos professores da escola;
- Oferecimento de momentos de reflexão e escuta da equipe quanto às dificuldades pedagógicas vivenciadas e formações com temas sugeridos pelo grupo;
- Coordenações coletivas pedagógicas com a Supervisora Pedagógica da escola ou em parceria com a “EAPE vai a Escola” com temas sugeridos pelos professores ou de acordo com a necessidade observada pela Equipe Gestora;
- Promoção e acompanhamento dos profissionais nos cursos oferecidos pela EAPE.

18. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

18.1 REDUÇÃO DO ABANDONO, EVASÃO E REPROVAÇÃO

Oferecer meios para que os estudantes permaneçam na escola, de forma integral, passando por todos os setores pedagógicos internos da escola e por órgãos de proteção a criança e ao adolescente, necessários para exercer o direito do mesmo de educação formal, conforme a Constituição Federal.

Meios oferecidos para a permanência e êxito escolar: busca ativa realizada pela Equipe Gestora e Orientação Educacional; reforço escolar ofertado pelos professores, projeto interventivo e reagrupamentos e no ano de 2023 o Programa SuperAção, onde há possibilidade de avanço de estudos para aqueles estudantes que estão em distorção de idade/ ano, e promovendo encontro com as famílias para conscientizá-los acerca do prejuízo educacional causado pelo excesso de faltas.

18.2 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

O replanejamento curricular para o ano letivo de 2021, se fez necessário diante do contexto de ensino remoto no ano letivo de 2020, diante da pandemia do Covid-19, para que pudesse haver uma retomada de conteúdos anteriores ao ano letivo vigente considerados fundamentais para a consolidação das aprendizagens do estudante no ano em curso. Esses conteúdos foram reajustados coletivamente com o auxílio de todos os profissionais da educação da SEDF, contudo vale ressaltar que a EC 203 teve autonomia para buscar estratégias que alinhassem aos resultados apresentados no diagnóstico inicial no presente ano e a nossa realidade escolar, adequando intervenções que melhor se ajustem à progressão das aprendizagens. E com isso, foi referendado que na nossa UE o foco a ser trabalhado serão as aprendizagens de Língua Portuguesa e Matemática, com os alunos que estão elencados dentro do Programa SuperAção (de acordo com o Plano de Ação), por meio de projetos ou sequências didáticas, levando-se em consideração o contexto do ensino e os objetivos propostos no Programa sobre adequação curricular, onde os professores, coordenadores e Equipe Gestora estarão em comum trabalho para a recomposição das aprendizagens.

18.3 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE PAZ

Segundo o Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz (SEDF 2020, p. 49), “todo modelo de convivência é determinado por valores, formas de organização, sistema de relação, modo de respostas para os conflitos”, entre outras situações. Desta maneira, a EC 203 de Santa Maria, entende que para uma implementação da Cultura de Paz, todo o contexto escolar deve estar preparado para tal. Isso inclui, inclusive, a comunicação não-violenta na relação gestão/professor, professor/professor, professor/aluno, aluno/aluno, para que assim o Plano de Convivência tenha sentido nas relações interpessoais, buscando uma convivência dialógica, respeitosa e justa. (caderno Orientador, p. 61). Dentre as ações para a Implementação da Cultura de Paz, estão: oficinas sobre o combate ao bullying, comunicação não-violenta com os alunos, discriminação racial, entre outras situações adversas; produção de cartazes sobre o combate ao bullying, discriminação racial, entre outros; desenvolvimento de sequências didáticas a partir de livros literários que retratam a cultura de paz no cotidiano familiar e escolar, como práticas de valores, entre outros; registros das ocorrências escolares sobre mediação de conflitos e danos ao patrimônio escolar; e parcerias da escola (Conselho Tutelar, Batalhão Escolar, Polícia Militar, Polícia Civil...) para palestras, oficinas ou rodas de conversas com alunos e familiares.

18.4 QUALIFICAÇÃO DA TRANSIÇÃO ESCOLAR

A transição para uma outra escola representa uma etapa essencial no percurso do estudante, o que propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a escola”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma transição adequada e o sucesso escolar. Com isso, a EC 203 possui parceria com a escola sequencial dos estudantes do 5º ano, que é o CEF 103, como também, o CEI 203 onde recebemos os estudantes para o 1º ano do Ensino Fundamental.

19. PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

19.1 GESTÃO PEDAGÓGICA

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO PEDAGÓGICA					
Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a permanência dos alunos, reduzindo a retenção e evasão escolar dos mesmos; • Atualizar o Projeto Pedagógico da escola, envolvendo a comunidade escolar, • Promover mudanças de paradigmas excludentes, através de projetos que estimulem o respeito as diferenças; 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o conhecimento e aplicabilidade do regimento escolar, por todos os segmentos, • Elevar o desempenho da unidade de ensino nas avaliações internas e externas, • Fazer uso efetivo dos recursos tecnológicos que a escola disponibiliza como instrumento de auxílio na aprendizagem; 	<ul style="list-style-type: none"> • Atender cada aluno nas suas particularidades, aplicando as estratégias previstas no Projeto pedagógico da unidade de ensino e no BIA (Bloco inicial de alfabetização), tais como, reagrupamentos, projetos interventivos, dentre outros que favoreçam o processo ensino aprendizagem. • Tornar o conselho de classe um espaço de reflexão em busca de estratégias que propiciem o avanço dos alunos em defasagem; • Realizar atividades com fins específicos, no preparo dos estudantes para avaliações externas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado das ações coletivas reagrupamentos e projetos interventivos na Unidade Escolar; • Através participação da comunidade nas atividades propostas pela Unidade de Ensino; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora; • Supervisores; • Coordenadores; • Professores; • OE; • EEAA; • SAA; • SR 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

19.2 GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS					
Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar sistematicamente os índices de desenvolvimento e desempenho dos estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o índice de estudantes alfabetizados ao final do 3º ano; Elevar o índice de aprovação com qualidade dos estudantes. Reduzir os índices de defasagem idade/ano, bem como os índices de evasão escolar decorrentes das sucessivas reprovações dos estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> Promovendo atividades adequadas a cada faixa etária, observando o nível cognitivo do estudante; Estabelecendo metas que promovam a alfabetização e letramento; Promovendo encontro com as famílias para conscientizá-los acerca do prejuízo educacional causado pelo excesso de faltas; Oferecendo as famílias subsídios que as orientem e as façam compreender os princípios da tarefa de educar os filhos, para maior auto realização dos mesmos; Desenvolvimento de projetos pedagógicos; uso de textos, livros didáticos e paradidáticos como apoio ao desenvolvimento curricular; 	<ul style="list-style-type: none"> Resultado das ações coletivas reagrupamentos e projetos interventivos na Unidade Escolar; Através participação da comunidade nas atividades propostas pela Unidade de Ensino; 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora; Coordenadores; EEAA; SAA; SR; OE. 	<ul style="list-style-type: none"> Durante o ano letivo.

19.3 GESTÃO DE PESSOAS

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO DE PESSOAS					
Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Garantir e promover ações que ofereçam uma educação de qualidade, dando suporte pedagógico, infraestrutura, recursos humanos adequados para as melhorias das condições de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar o profissional da educação como agente fundamental da transformação social; Promover um clima organizacional tranquilo e harmônico dentro da unidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer e estimular condições para participarem de cursos, seminários, encontros, palestras entre outros para a qualificação e aperfeiçoamento do profissional; Realizar reuniões com intuito de avaliar a PP e o trabalho pedagógico/ administrativo/ financeiro; Promovendo espaços de escuta as demandas existentes; Promover atividades culturais e extracurriculares que possam melhorar a autoestima de todos os segmentos da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação dos professores e servidores; 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora, supervisores, professores e servidores de todos os segmentos 	<ul style="list-style-type: none"> Durante o ano letivo

19.4 GESTÃO FINANCEIRA

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO FINANCEIRA					
Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a integração entre a escola e a comunidade escolar em relação a aplicação dos recursos públicos recebidos; • Garantir uma gestão comprometida, democrática e transparente, • Articular a conservação predial, manutenção e construção das obras que facilitem o acesso e permanência segura na escola; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as opções de lazer e recreação dentro do espaço escolar; • Reformar da quadra de esportes; • Buscar soluções para amenizar o calor nas salas de aulas do bloco A; • Proporcionar maior segurança aos bens materiais e patrimoniais da escola. • Proporcionar um espaço de interação com os alunos ANEE's 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Sala de Psicomotricidade; • Revitalização do parquinho; • Revitalização da Sala de Informática; • Revitalização da Sala de Leitura; • Criação de espaços recreativos (xadrez, damas, amarelinhas, labirintos, dentre outros); • Instalando câmeras e alarmes para garantir a segurança dos bens permanentes adquiridos pela escola; 	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio de verba/Emenda Parlamentar 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora • Conselho Escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano Letivo

19.5 GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Garantir e promover ações que buscam a ofertar uma Educação Pública de qualidade, dando suporte pedagógico, de infraestrutura, recursos humanos e melhorias das condições de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer e criar novas parcerias com instituições públicas e privadas visando atender as demandas da comunidade escola; Otimizar do uso de recursos materiais, pedagógicos e administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover reuniões semestrais com os parceiros da escola e comunidade escolar, discutindo as necessidades da instituição e de que forma podem contribuir para a operacionalização. Estimular e apoiar a organização da comunidade escolar para que atuem em ações conjuntas, solidárias, cooperativas e comunitárias; Manter atualizado e organizado o serviço de escrituração escolar (registros, atas, documentação dos alunos, diários de classe, dentre outros). Manter atualizado e organizado a planilha patrimonial da unidade escolar; Cumprir com as obrigações do administrativo da rede de ensino e sua interface. 	<ul style="list-style-type: none"> Por meio de participação da comunidade escolar 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe gestora, Conselho Escolar, professores e comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Durante o ano letivo;

20. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A Proposta Pedagógica por ser uma ação coletiva precisa ser constantemente revista e avaliada para que o processo não se perca pelo caminho devido à dinâmica escolar. Para acompanhamento e avaliação no desenvolvimento do trabalho e alcance dos objetivos pretendemos observar as metas nas reuniões com a comunidade escolar de acordo com o calendário de SEEDF e perceber se a qualidade desejada e resultados efetivos foram atingidos, também através dos Conselhos de Classe será possível identificar possíveis problemas na execução da Proposta Pedagógica e seu andamento; na Avaliação Institucional os segmentos escolares têm a oportunidade de expor suas opiniões e conceitos a respeito dos resultados alcançados por parte de todos e apontar possíveis falhas na execução dos projetos, neste sentido todos serão ouvidos e contemplaremos as metas alcançadas com sucesso ou possíveis modificações nos segmentos que apresentarem dificuldades.

O acompanhamento do desenvolvimento estudantil e a avaliação em seus diversos âmbitos, realizados na Escola Classe 203, utilizam como orientação as Diretrizes de Avaliação Educacional SEEDF (2014-2016), que normatiza os instrumentos, concepções e práticas avaliativas.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Reuniões de Pais

02/03 – 27/04 – 05/08 – 07/10 – 14/12

21. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. revista e atualizada, São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, MEC, 2013.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. DF, 20 dez. 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, v. 7, 1997.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005/2014.

COSTA, Márcia Rosa. Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação. Porto Alegre, 218 p.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2014.

_____. Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz. Brasília, 2020.

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais. 2º Edição. Brasília, 2018.

_____. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.

_____. Diretrizes para Educação Integral no Distrito Federal, Educação Integral: Ampliando Tempos, Espaços e Oportunidades Educacionais, 2009.

- _____. Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização. (2012) 2ª edição.
- _____. Gestão Democrática do Sistema Ensino Público do Distrito Federal. Lei 4.751/2012.
- _____. Organização Curricular Ensino Fundamental 2023, 2023.
- _____. Orientações Pedagógicas do PPP – Subsecretaria de Educação Básica. 2014.
- _____. Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas Remotas e Presenciais. 2ª edição, Maio de 2021.
- _____. Orientações Pedagógicas para a Permanência Escolar. 2021.
- _____. Plano Distrital de Educação – PDE, 2015. p. 116.
- _____. Projeto Educação com Movimento. Educação Física nos Anos Iniciais, 2011.
- _____. Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. (Novo) – Brasília, 2019.
- _____. Replanejamento Curricular 2021 – Ensino Fundamental Anos Iniciais Anos Finais, 2021.
- ENQUITA, M. Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1989.
- FIGUEIREDO, M. X. Bonorino. A corporeidade na escola: análise de brincadeiras, jogos e desenhos de crianças. Pelotas: Editora Ufpel, 1999.
- GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1994.
- GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica. Campinas: Papyrus, 1992.

MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C. Didática: organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE. 2009. 340p.

NICOLAU, M. L. Machado. A educação pré-escolar (fundamentos e didática). São Paulo: Ed. Ática, 1997.

OLIVEIRA, V. Marinho. Consenso e conflito da Educação Física brasileira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, D. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2005.

SANTANA, Ana Carmina Pinto Dantas. Bloco inicial de alfabetização, o desafio da mudança. Brasília: HMP Comunicação, 2009.

SILVA, E. F. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I.

P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. p.246-253, 1967.

VAGO, Tarcísio M. Um olhar sobre o corpo. *Presença pedagógica* ano 1, n. 2 Belo Horizonte Março/abril, p 65-70, 1995.

VEIGA (org.). Projeto Político Pedagógico – uma construção possível. Ilma Passos A. Veiga (Org.) Editora Papyrus – 15ª edição.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação. Campinas - SP: Papyrus, 2008.

_____. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. *Cadernos de Educação*. CNTE, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A imaginação e a arte na infância. (Trad.) Espanha, Madrid: Edição Akal, 1998.

22. APÊNDICE / PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICOS

SEAA-Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

UE: **Escola Classe 203 de Santa Maria**

Telefone: **61 3901-6580**

Diretor(a): **Ariane Mayara**

Vice diretor(a): **Jailton da Silva**

Supervisoras: **Karoline Rocha e Francineide Azevedo**

Quantitativo de Estudantes: **1.260**

Nº de turmas: **54**

Etapas/modalidades: **1º ao 5º ano**

Serviços de Apoio: Sala de Recursos: (x) Orientação Educacional (x) Sala de Apoio à Aprendizagem (x)

EEAA/SEAA: **Pedagoga Vanessa Pavezi** Email vanessa.mesquita@edu.se.df.gov.br Telefone: **61 99299-2325**

EEAA/SAA: **Professora Antônia Raquel de Sousa Silva** Psicóloga(o): **(a escola ainda não tem esse profissional)**

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva
2. Ações voltadas à família-escola
3. Formação continuadas de professores
4. Reuniões
5. Planejamento
6. Acompanhamento aos estudantes
7. Estudos de caso
8. Outros

1º Bimestre

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento e Acompanhamento do Processo Ensino Aprendizagem: Comunidade escolar	<p>Mapear as necessidades dos alunos, para promover intervenções e evitar o aumento das diferenças de aprendizado e desempenho entre os estudantes;</p> <p>Promover o acolhimento às necessidades educacionais e emocionais junto as famílias, estudantes e professores, encaminhando para os parceiros da rede externa conforme a demanda após esgotadas as estratégias de intervenção pedagógica junto ao estudante.</p>	<p>- Estabelecer um canal de contato direto com professores, famílias/estudante, se mostrando acessível e aberta a colaborar com suas dificuldades;</p> <p>- Utilizar os dados do mapeamento realizado durante escuta sensível feita, para embasamento e planejamento das ações pedagógicas interventivas;</p> <p>- Avaliar quanto à adaptação do estudante ao meio educacional em que está inserido e sobre as possibilidades de a família prestar o apoio e acompanhamento na realização das tarefas escolares. Preparar e compartilhar material informativo e promovendo palestra ou mini-cursos pontuando os desafios à organização de estudos com autonomia e dicas de como a família pode colaborar, auxiliando sempre que necessário.</p> <p>- Atualizar os dossiês dos alunos encaminhados e dos estudantes com TFs.</p>	<p>- No decorrer do ano letivo</p>	<p>- SEAA - Equipe Gestora - Equipe de - Coordenadores - O.E - Sala de Recursos</p>	<p>- Formulários - Relatórios - Conversa formal - Contínua</p>
Assessoria ao trabalho coletivo/Ações voltadas para a relação família-escola: Professores e Pais. Assessoria ao trabalho coletivo: Professores e Pais. Assessoria ao trabalho coletivo (Conselho de Classe) Professores, coordenadores, Equipe de gestão	<p>- Proporcionar acolhimento aos professores, demais servidores da U.E, de forma institucional;</p> <p>- Criar momentos de escuta sensível e ativa, inspirados por metodologias colaborativas, considerando sempre o horário de trabalho dos profissionais envolvidos.</p> <p>- Analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas e a análise do currículo, da metodologia e da própria avaliação adotada, permitindo uma reavaliação da prática.</p> <p>- Compreender a relação que os estudantes desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a</p>	<p>- Ações de acolhimento: compartilhar posts com mensagens de incentivo ou de aniversário ou de apoio e elogio via whatsapp. Mensagens personalizadas com o nome de cada um para serem enviadas individualmente;</p> <p>- Ações de assessoramento: Pesquisar e compartilhar sugestões de estratégias e materiais, repensando que novas maneiras de atuação são possíveis e qual a prioridade educativa para cada fase e idade dos alunos. Promover a convivência e trazer novos caminhos, gerando novas respostas para novas perguntas, necessárias à rotina escolar.</p> <p>- Participar de coletivas, coordenações pedagógicas, reuniões com pais. (Coparticipar ativamente, percebendo as demandas e contribuindo, nos momentos coletivos).</p> <p>- Encaminhamento para a SAA: providenciar o levantamento das dificuldades dos alunos com TF junto aos professores e avaliar os casos que precisam ter prioridade no atendimento junto a SAA;</p>	<p>- Será realizado uma vez por semana, a princípio, podendo perdurar enquanto houver a necessidade do grupo.</p> <p>- No decorrer do ano letivo</p> <p>- Semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, de acordo com a necessidade e cronograma</p> <p>- De acordo com o cronograma da SAA</p>	<p>- SEAA - Sala de Recursos - SOE EEAA - SEAA - Equipe Gestora - Equipe de - Coordenadores - O.E - Sala de Recursos - SEAA</p>	<p>- A partir do feedback dos professores e demais servidores.</p> <p>- A partir do feedback dos professores</p> <p>- A partir do feedback de todos os participantes</p>

	vida escolar para propor as intervenções adequadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Preencher os formulários da SAA: ficha de mapeamento, ficha de prioridades; • Elaborar os relatórios (RAIE) de encaminhamento individual de cada estudante. 		SAA -Professores -Coordenadores	-Contínua A partir do feedback dos professores
--	---	--	--	---------------------------------------	---

2º Bimestre

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento e Acompanhamento do Processo Ensino Aprendizagem: Comunidade escolar	<p>-Conhecer as necessidades e analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas e a análise do currículo, da metodologia e da própria avaliação adotada, permitindo uma reavaliação da prática.</p> <p>-Compreender a relação que os estudantes desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para propor as intervenções adequadas.</p> <p>- Integrar as ações do SEAA como colaboração para os professores no processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>-Com os professores: escuta sensível e ativa das necessidades educacionais de seus estudantes, quanto ao planejamento e preparação das aulas, das tarefas e atividades de reforço escolar e interventivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar sugestões, colaborar com a criação de atividades dinâmicas e tarefas que contemplem o desenvolvimento das funções executivas do cérebro.; • Promover formações com temas específicos: A importância da Rotina, Relações Escola-Família, Saúde Mental; <p>-Com as famílias: realizar escuta sensível e ativa para identificar a demanda dos envolvidos no processo: tempo disponível para acompanhar os estudos de seus filhos e levantamento das dificuldades dos mesmos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar dicas para as famílias de como estudar, estabelecer e manter uma rotina de estudos em casa; • Promover palestras e oficinas com temas específicos: A importância da Rotina, Relações Escola-Família, Saúde Mental; <p>-Com os alunos: realizar escuta sensível e ativa, avaliação individual/contínua para identificar as dificuldades educacionais e na medida do possível facilitar o processo ensino-aprendizagem com orientações e dicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o desenvolvimento dos estudantes junto aos respectivos professores e responsáveis; • Compartilhar dicas e sugestões de como criar uma boa rotina de estudos; 	<p>-Durante o decorrer do ano letivo</p> <p>Semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, de acordo com a necessidade e cronograma</p> <p>-Dentro do bimestre</p> <p>-Conforme cronograma</p> <p>-De acordo com a disponibilidade no atual contexto de</p>	<p>-SEAA -Equipe Gestora -Equipe de -Coordenadores -O.E -Sala de Recursos -Outros parceiros</p> <p>SEAA -Coordenadores</p> <p>-SEAA -OE -Sala de Recursos -Secretário Escolar -Coordenadores -Equipe Gestora</p> <p>-SEAA</p>	<p>-Contínua A partir do feedback</p> <p>Contínua Por devolutivas SEAA A partir do feedback dos profissionais envolvidos</p> <p>A partir do feedback dos profissionais envolvidos</p>
Assessoria ao trabalho coletivo/Ações voltadas para a relação família-escola: Professores, Pais e alunos					
Assessoria ao trabalho coletivo/Acompanhamento do					

<p>Processo Ensino-Aprendizagem: (conselho de classe) Professores, coordenadores, Equipe de Gestão</p> <p>Formação continuada para professores, salas de escuta /Assessoria ao trabalho coletivo Professores</p>	<p>-Promover ações que colaboram com as famílias quanto ao acompanhamento dos filhos no que se refere às aprendizagens.</p> <p>- Conhecer bem os alunos com necessidades especiais e suas características na escola, sala de aula e no convívio familiar, pontuando assim suas necessidades educativas para melhor atendê-los.</p> <p>-Promover a conscientização pela busca de cursos de formação;</p>	<p>- Participar de coletivas, coordenações pedagógicas, reuniões com pais. (Coparticipar ativamente, percebendo as demandas e contribuindo, nos momentos coletivos).</p> <p>-Participar dos conselhos de classe, sugerindo as respectivas intervenções e compartilhando as devolutivas individuais dos alunos encaminhados ao SEAA;</p> <p>-Promover a realização de oficinas e salas de escuta com temas previamente levantados;</p> <p>-EEAA: Elaboração do Relatório de atendimentos semestral do SEAA/EC 203.</p>	<p>retomada a rotina presencial dos estudos</p>	<p>-OE -Sala de Recursos -Coordenadores -Equipe Gestora</p>	
--	---	---	---	---	--

3º Bimestre

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	---------------	------------	--------------------------	-----------

<p>Formação continuada para professores/Assessoria ao trabalho coletivo Professores</p> <p>Assessoria ao trabalho coletivo/Acompanhamento do processo Ensino-Aprendizagem: (Estudos de caso) Professores, Coordenadores, Equipe de Gestão</p>	<p>-Promover o desenvolvimento da inteligência emocional, Auto imagem, Autoconhecimento e motivação, contribuindo para o bem estar emocional, contribuindo para os desafios e identificando suas habilidades e como utilizá-las para avançar no desenvolvimento pessoal, profissional e familiar;</p> <p>-Promover a conscientização pela busca de cursos de formação;</p> <p>- Conhecer bem os alunos com necessidades especiais e suas características na escola, sala de aula e no convívio familiar, pontuando assim suas necessidades educativas para melhor atendê-los.</p>	<p>-Convidar fonoaudiólogos, psicólogos, neuropsicopedagogos, colegas da EEAA, etc para ministrar workshop com temas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “O papel das emoções nas relações de trabalho” (Conforme previsto na BNCC) • “As intervenções exitosas para cada tipo de transtorno de aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem.” • “Inteligência Emocional.” <p>- Participar de coletivas, coordenações pedagógicas, reuniões com pais;</p> <p>-Organizar e Promover a Participação nos Estudos de Casos dos demais seguimentos da escola além dos responsáveis;</p>	<p>-Horário de coordenação/por turno</p> <p>-Semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, de acordo com a necessidade e cronograma</p> <p>-De acordo com o cronograma disponibilizado pela UNIEB-CRE</p>	<p>-SEAA -OE -Sala de Recursos</p> <p>-SEAA -OE -Sala de Recursos -Coordenadores -Equipe Gestora</p> <p>-SEAA -OE -Sala de Recursos -Coordenadores -Equipe Gestora -Secretário Escolar</p>	<p>-Contínua A partir do feedback</p> <p>Contínua A partir do feedback</p> <p>Contínua A partir do feedback</p>
---	---	--	---	--	---

4º Bimestre

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	---------------	------------	--------------------------	-----------

<p>Assessoria ao trabalho coletivo/Ações voltadas para a relação família-escola: Professores, Pais e alunos</p>	<p>-Promover ações que colaboram com as famílias quanto ao acompanhamento dos filhos no que se refere às aprendizagens</p>	<p>- Participar de coletivas, coordenações pedagógicas, reuniões com pais. (Coparticipar ativamente, percebendo as demandas e contribuindo, nos momentos coletivos).</p>	<p>-Semanalmente, quinzenalmente e mensalmente, de acordo com a necessidade e cronograma</p>	<p>-SEAA -Equipe Gestora -Equipe de -Coordenadores -O.E -Sala de Recursos</p>	<p>-Contínua</p> <p>-Por devolutivas SEAA A partir do feedback dos profissionais envolvidos</p>
<p>Assessoria ao trabalho coletivo/Acompanhamento do processo Ensino-Aprendizagem: Conselho de classe) Professores, Coordenadores, Equipe de Gestão</p>	<p>- Conhecer bem os alunos com necessidades especiais e suas características na escola, sala de aula e no convívio familiar, pontuando assim suas necessidades educativas para melhor atendê-los também no próximo ano letivo</p>	<p>-Participar dos conselhos de classe, realizando as devolutivas individuais dos estudantes encaminhados ao SEAA; -EEAA:Elaboração do Relatório de atendimentos semestral do SEAA/EC 203.</p>	<p>-Bimestralmente</p>	<p>-SEAA -Equipe Gestora -Equipe de -Coordenadores -O.E -Sala de Recursos</p>	<p>-Por devolutivas SEAA A partir do feedback dos profissionais envolvidos</p>

Plano de Ação da SAA

UE: Escola Classe 203 Telefone:

Diretor(a): Vice-diretor(a):

Quantitativo de estudantes atendidos: **40**

Escolas Atendidas: EC 203, EC 100, EC 206, CAIC Albert Sabin, CEF 308, CEF 403 e EC 01-Porto Rico.

Professora da SAA: Antonia Raquel de Sousa Silva – Matrícula 34502-4

Professora Itinerante: Izaura Leticia Leite de Melo - Matrícula 181169X

Eixos sugeridos:

1. Formação contínua/ continuada
2. Assessoria às Escolas atendidas pelo Polo
3. Organização do trabalho pedagógico
4. Atendimento direto aos estudantes
5. Ações junto às famílias

Eixo 1: Formação Contínua/ Continuada

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Participação nos Encontros de Articulação Pedagógica (EAP) do SEAA/SAA.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter a articulação com os demais colegas do Serviço; 2. Aprimorar o trabalho desenvolvido. 	Acompanhar a agenda de EAP; participar dos EAP nos dias agendados; realizar as atividades propostas.	Todas as sextas-feiras, no turno matutino ou conforme agendamento.	Profissionais do SEAA /SAA Coordenador Intermediário.	Pela contribuição dos profissionais envolvidos.
Jornada Pedagógica do SEAA.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a formação continuada dos profissionais do SEAA; 2. Fortalecimento pedagógico do SEAA; 3. Promover o alinhamento de ações do SEAA, trocas e estudos. 	Realização de evento presencial no auditório do DNIT com os temas: LGPD, Ética e Elaboração de documentos no SEAA e Mapeamento Institucional do SEAA.	Dia 21/03	Profissionais da Gerência do SEAA e palestrantes convidados.	Por meio do <i>Google Forms</i> .
Contribuições pelo WhatsApp no grupo de planejamento da Sala de Apoio à Aprendizagem.	Acompanhar as postagens referentes ao atendimento; Contribuir, sempre que possível, com materiais que possam enriquecer o trabalho da SAA.	Alimentar o grupo com materiais pertinentes.	Ao longo do ano letivo.	Profissionais da SAA.	De acordo com os feedbacks de utilização dos materiais.

Eixo 2: Assessoria às Escolas atendidas pelo Polo

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Apresentação da SAA na UE polo em articulação com a Equipe de Apoio Escolar durante coletiva semanal.	Apresentar e diferenciar as atribuições da Sala de Apoio a Aprendizagem, delimitando a área de atuação de cada serviço, área e projeto.	Apresentar as funções e objetivos da SEAA e SAA utilizando slides.	19/02 a 29/03	Profissionais do SEAA E SAA.	Por meio da participação dos professores e demais profissionais durante a coordenação coletiva.
Atendimento às equipes das UE de origem dos estudantes atendidos pelo Polo.	Esclarecer dúvidas dos profissionais das escolas atendidas sobre o desenvolvimento dos estudantes, trocar informações importantes sobre os estudantes.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Responder emails, mensagens ou chamadas realizadas pelos profissionais das escolas atendidas pelos polos; 2. Agendar reuniões virtuais ou presenciais, quando necessário; 3. Reunião de devolutiva das atividades realizadas pelo Polo, ao término do ano letivo. 	Conforme necessário.	Professora da SAA e profissionais das escolas atendidas pelo Polo	A partir da participação das escolas e feedback dos profissionais que solicitaram atendimento.

Eixo 3: Organização do Trabalho Pedagógico

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Reuniões de acolhimento, avaliação e planejamento com profissionais das SAA.	Conhecer a equipe da SAA de Santa Maria; Planejar as ações futuras da SAA (Reuniões).	Encontro presencial de quinzenalmente com as profissionais das SAA.	Durante o ano letivo.	Professora Itinerante da SAA e professoras dos Polos das SAA.	Ao longo da reunião.
Realização do Mapeamento, registro e análise dos estudantes encaminhados para o Polo.	Compreender o contexto escolar dos estudantes encaminhados ao Polo; Identificar as principais características e Transtornos Funcionais encaminhados para o Polo.	1. Analisar os documentos enviados; 2. Conversar com o SEAA ou equipe gestora e equipe pedagógica da escola (coordenação e equipe de apoio); 3. Analisar dados dos estudantes encaminhados para o Polo.	Durante o primeiro bimestre.	Professora da SAA.	Através da apresentação do Mapeamento dos grupos formados.
Elaboração do Plano de Ação.	Nortear o trabalho da SAA; Informar aos interessados sobre as ações desenvolvidas.	.Elaboração do Plano de Ação; .Envio à Coordenação Intermediária para conhecimento; .Envio à Unidade Escolar que recebe este Polo.	Até 15 de Abril.	Coordenadoras Intermediárias do SEAA, Professora Itinerante da SAA e professoras dos Polos das SAA.	Feedback quanto ao uso deste Plano.
Planejamento de atividades iniciais.	.Planejar conjuntamente atividades iniciais, de acolhimento e de avaliação diagnóstica.	Disponibilização de tais atividades no grupo de Planejamento da SAA (WhatsApp) e email da SAA.	Durante o 1º bimestre.	Coordenadoras Intermediárias do SEAA, Professora Itinerante da SAA e professoras dos Polos das SAA.	Feedback quanto ao uso de tais atividades.

Formação dos grupos de Atendimento.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organizar os grupos a partir das listas de prioridades; 2. Encaminhar a grade de atendimento à UNIEB/Coordenação Intermediária do SEAA. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Após o contato com as famílias, encaixar os estudantes nos horários/dias de atendimentos; 2. Disponibilizar a grade de atendimento a quem possa interessar. 	1º Bimestre.	Professora da SAA.	Ao longo do 1º primeiro bimestre, de acordo com a frequência dos estudantes.
Perfil do Grupo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Finalizar a avaliação diagnóstica dos estudantes; 2. Preencher o campo do Diário: perfil do grupo; 3. Realizar e registrar o Plano Interventivo Individual/Grupal dos estudantes. 	Após a avaliação diagnóstica, preencher o perfil de cada grupo nos diários e o formulário de Plano Interventivo Individual/Grupal.	até 28/06.	Professora da SAA.	Verificar se os estudantes continuarão apresentando as mesmas características iniciais.
Planejamento Coletivo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhar atividades e experiências exitosas entre os Polos; 2. Planejar atividades que possam enriquecer os atendimentos nos Polos. 	Reuniões presenciais realizadas quinzenalmente.	Durante ano letivo quartas-feiras (08 às 12h), quinzenalmente.	Professoras da SAA, Itinerante do SAA e quando possível Coordenadora Intermediária do SEAA.	Oralmente a cada encontro.

Eixo 4: Atendimento direto aos estudantes

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Promover atividades pedagógicas para estimular o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usar estratégias pedagógicas globalizadas de intervenção nas fragilidades cognitivas e comportamentais dos estudantes; 2. Garantir mecanismos voltados para a realização de 	O atendimento é direcionado por meio de atividades que desenvolvam: a memória, atenção, concentração, raciocínio, abstração, memória operacional	01/04 a 29/11 Serão ofertados dois atendimentos de 1 hora ou um atendimento de 2 horas no contraturno de matrícula do estudante.	Professora da Sala de Apoio à Aprendizagem	Ocorrerá de acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional de Aprendizagem Institucional. A avaliação será formativa, ou seja,

<p>Desenvolver atividades sistematizadas que possibilitem ao estudante o desenvolvimento de estratégias para superação das dificuldades apresentadas.</p> <p>Atuar como atendimento aos estudantes com TFE, para o acompanhamento direcionado ao processo de ensino e aprendizagem em uma perspectiva institucional e interventiva.</p>	<p>atividades que auxiliem na superação das dificuldades de aprendizagem de cada estudante minimizando a possibilidade de fracasso escolar</p> <p>3. Fazer com que o aluno possa criar estratégias frente às dificuldades apresentadas, tendo assim sucesso para acompanhar a turma.</p> <p>4. Promover a melhora da autoestima dos estudantes com TFE por meio de atividades lúdicas, construídas a partir da realidade do aluno.</p>	<p>generalização, organização, estratégia e planejamento; dedução e inferência, solução de problemas, controle inibitório, linguagem oral, leitura e escrita, imaginação e pensamento ; Ginástica Cerebral (exercícios para estimular os dois lados do cérebro); Dificuldades Específicas, discriminação e percepção visual e auditiva; Aspectos perceptivos lógicos e sinérgicos; (memória visual e auditiva de longo e curto, prazo, decomposição de campo figura-fundo, análise e síntese visual; Aspectos sociais e afetivos, promoção da motivação do estudante na realização das atividades propostas.</p>			<p>para as aprendizagens. Para isso ela deve promover intervenções enquanto o trabalho pedagógico se desenvolve. Desta forma a avaliação deve ocorrer de maneira contínua, processual e qualitativa, observando o desenvolvimento do aluno e fazendo registros reflexivos diariamente. Para este processo é importante lembrar que a avaliação diagnóstica, a autoavaliação e o feedback potencializam a avaliação formativa. Elaborar anualmente o Relatório de Acompanhamento</p>
---	--	--	--	--	---

					Pedagógico Individual, descrevendo as intervenções realizadas e os avanços alcançados, indicando a continuidade ou não do estudante no acompanhamento na SAA. Deverão ser enviadas cópias do RAP às escolas de origem do estudante, via SEI.
Eixo 5: Ações junto às famílias					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Convocação dos estudantes.	Convocar às famílias para agendar os atendimentos dos estudantes de acordo com a disponibilidade dos horários de atendimento da SAA.	Ligações telefônicas e/ou grupo de whatsapp e envio de bilhetes pelas escolas de origem.	18/03 a 27/03	Professora da SAA.	Retorno do contato e participação na reunião de acolhimento das famílias.
Atendimento aos Pais/Responsáveis.	Explicar sobre como acontece o atendimento, agendar os horários respectivos de cada estudante e disponibilizar o termo de compromisso para assinatura.	Reunião de acolhimento no Polo com os pais e/ou responsáveis.	18 a 28 de março	Professora da SAA.	Feedback dos pais e/ou responsáveis.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS TRANSVERSAIS
GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Coordenação Regional de Ensino: Santa Maria.
Unidade Escolar: Escola Classe 203 de Santa Maria
Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional: Paula do Nascimento de Oliveira Magalhães
Matrícula: 242.962-4
Turno: matutino e vespertino
Ano Letivo: 2024.

METAS

- Implementar o trabalho da Orientação Educacional no ambiente Escolar da Escola Classe 203.
- Queda no índice de infrequência escolar e do número de estudantes retidos no ano letivo devido às faltas escolares.
- Aumentar o índice de participação dos pais no acompanhamento escolar do estudante e nas reuniões pedagógicas.
- Queda do índice de ocorrências de violência escolar, casos de racismo e de *bullying/ cyberbullying*.
- Aumentar o número de estudantes da EC.203 que identificam suas partes íntimas e assim desenvolver com eles ações de autopreservação.
- Informar à comunidade escolar ações de prevenção e combate ao abuso à criança e ao adolescente e outras formas de violência como o *bullying* e *cyberbullying*.
- Avançar pedagogicamente estudantes em situação de defasagem idade/ano escolar participes do programa SuperAção.
- Diminuir a depredação do patrimônio público no ambiente escolar.
- Realizar a parceria com o CEF. 103 no Projeto de Transição Escolar para os 5º anos da EC. 203 e com o CEI 203 no Projeto de Transição Escolar para os 1º anos da EC. 203.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

- Avaliação contínua e processual de acordo com os projetos desenvolvidos.
- Avaliação pela produção de trabalhos desenvolvidos e apresentados pelos estudantes.
- Avaliação em parceria com a equipe pedagógica de acordo com os *feedbacks* apresentados em coletivas institucionais e Conselhos de Classes realizados.
- Observação: diminuição de casos e/ou relatos de *bullying*.
- Observação: diminuição dos casos de reprovação por faltas escolares.
- Observação: diminuição de casos de conflitos e/ou de reincidência de conflitos.
- Observação: autonomia docente nas resoluções de conflitos em sala após intervenção e ações da Orientação.
- Observação: maior participação familiar no plano de estudos e acompanhamento da vida escolar do aluno. Conselhos de Classe.
- Observação da taxa de reprovação de alunos da EC.203.

TEMÁTICAS	OBJETIVOS	AÇÕES	EIXOS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE, E/OU DO PPA, E/OU OBJETIVOS DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS/ PARCERIAS	CRONOGRAMA
ACOLHIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o trabalho da Orientação Educacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do trabalho da Orientação Educacional Coletiva Institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.14 – (PDE) Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogo-Orientador Educacional • Gestão Escolar. • Professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Mês de Março
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os estudantes reprovados por faltas em anos anteriores. • Colaborar com a equipe gestora e pedagógica em ações de resgate 	<ul style="list-style-type: none"> • Debate de ideias de aplicação do projeto Junto à equipe gestora. • Distribuição do projeto: “Letra F de faltas”, em coordenação institucional, para o grupo de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para a Diversidade. • Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 2 (PDE): Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogo-Orientador Educacional. • Gestão Escolar. • Professores. • Estudantes • Rede externa (Conselho Tutelar). 	<ul style="list-style-type: none"> • “Letra F de faltas “ Início do ano letivo: mês de março. • Bullying não é legal Segundo Bimestre.

	<p>desses estudantes.</p> <p>Desenvolver junto com a equipe gestora e pedagógica ações de combate ao <i>bullying</i>, <i>cyberbullying</i> e racismo no ambiente escolar, bem como ações de combate a toda forma de discriminação e violência.</p>	<p>12. Encaminhamento à rede interna e externa de alunos faltosos.</p> <p>13. Reuniões com a comunidade escolar e órgãos de apoio e proteção à criança e adolescente.</p> <p>14. Debate de aplicação do projeto: Bullying não é legal! Com Toda a equipe pedagógica da EC.203.</p> <p>15. Desenvolvimento de atividades de acordo com os blocos de seriação escolar.</p> <p>16. Distribuição de material informativo sobre <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> para a comunidade escolar.</p> <p>17. Racismo na escola: um problema estrutural?</p> <p>18. Realização de coletiva institucional para debate do tema</p>		<p>conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.21 – (PDE) Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais, territórios geográficos e etnias, expandindo o acesso aos bens culturais. • 1.23 – (PDE) Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o Parecer 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Interna. • Famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Racismo na escola: <p>Um problema estrutural? Culminância em novembro de 2024</p>
--	--	--	--	--	--	---

		<p>junto à equipe pedagógica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Culminância do no mês de novembro com ações pedagógicas envolvendo todos os blocos de seriação escolar. 		<p>CNE/CP nº 003, de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei nº 4.920, de 21 de agosto de 2012 – CLDF.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.20 – (PDE) Garantir que as unidades escolares de ensino fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, na detecção e no encaminhamento das violações de direitos de crianças e adolescentes 		
--	--	---	--	---	--	--

				<p>(violência psicológica, física e sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas e todas as formas de discriminação), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.</p> <ul style="list-style-type: none">• 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e		
--	--	--	--	---	--	--

				<p>na convivência saudável com toda a comunidade escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.30 – (PDE) Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar. <p>• 2.46 – Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis federais nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008), o Parecer CNE/CP 003/2004 –</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei nº 4.920, de 2012.</p> <ul style="list-style-type: none">• 2.47 – Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.• M1294 – (PPA) Realizar ações voltadas à promoção cultura de direitos humanos e cidadania, pautada na democratização das relações e na convivência		
--	--	--	--	---	--	--

				saudável com toda a comunidade escolar, em 100% das unidades escolares da rede pública de ensino. (SEEDF)		
SEXUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar no ambiente escolar ações de autopreservação do corpo da criança e/ou adolescente. • Informar a comunidade escolar das legislações vigentes de proteção à criança e ao Adolescente relacionadas ao Maio Laranja. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debate de aplicação do Projeto: Eu me protejo! 18 de maio. Com toda a equipe pedagógica, de acordo com os blocos de seriação. • Escolha de uma data para a culminância do projeto. • Distribuição de material informativo para a comunidade escolar sobre ações de proteção contra o abuso e violência sexual de crianças e adolescentes. • Acompanhamento e encaminhamento individualizado à rede de proteção à criança e 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.12 – (PDE) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento. • 2.13 – (PDE) Promover a busca de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com as Secretarias: <ul style="list-style-type: none"> a) de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; b) de Desenvolvimento Humano e Social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogo-Orientador Educacional. • Gestão Escolar. • Professores. • Estudantes • Rede externa (Conselho Tutelar). • Rede Interna. • Famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Eu me protejo! 18 de maio Mês de maio de 2024.

		adolescente, quando necessário.		<p>c) de Justiça e Cidadania.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.17 – (PDE) Promover e fortalecer, em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, políticas de promoção da saúde integral das crianças e dos adolescentes matriculados no ensino fundamental, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e as especificidades de cada sujeito. 		
ENSINO APRENDIZAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • Promover os estudantes em defasagem idade/ano para o próximo ano de seriação escolar com o máximo de aproveitamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos estudantes em defasagem idade/ano escolar. • Acompanhamento familiar desses alunos. • Desenvolvimento do projeto SuperAção com os estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.2 – (PDE) implementar políticas públicas para a correção da distorção idade-série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ampliar o atendimento a todos os 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogo-Orientador Educacional. • Gestão Escolar. • Professores. • Estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo e terceiro bimestre.

	<p>sociopedagógico.</p>	<p>em defasagem idade/ano e docentes da EC. 203.</p>		<p>estudantes em defasagem idade-série-ano nos projetos e programas de correção de fluxo escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.4 – (PDE) Promover o trabalho do fórum permanente de acompanhamento das turmas com estudantes em situação de distorção idade-série. • 2.12– (PDE) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento. • 2.13 – (PDE) Promover a busca de crianças e adolescentes fora da escola, em 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede interna (Serviços). • Rede externa (Conselho Tutelar/ rede de saúde). • Famílias 	
--	-------------------------	--	--	--	---	--

				<p>parceria com as secretarias:</p> <p>a) de políticas para crianças, adolescentes e juventude;</p> <p>b) de desenvolvimento humano e social;</p> <p>c) de justiça e cidadania.</p> <ul style="list-style-type: none">• 2.18 – (PDE) Fortalecer, em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças e dos adolescentes matriculados no ensino fundamental, priorizando as populações em peculiar situação de risco e ou vulnerabilidade.• 2.20 – (pde) garantir que as unidades escolares de ensino		
--	--	--	--	--	--	--

				<p>fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, na detecção e no encaminhamento das violações de direitos de crianças e adolescentes (violência psicológica, física e sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infantil, uso indevido de drogas e todas as formas de discriminação), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> • M952 – (PPA) garantir o atendimento a 75% dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no 3º ao 8º ano do ensino fundamental, por meio de política de correção de fluxo escolar. 		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preservação do patrimônio público por parte dos estudantes por meio de atividades conscientizadoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre a elaboração, apresentação e aplicação do projeto: Regras para quê? (Regimento escolar) Com a participação da equipe pedagógica. • Distribuição do projeto em coletiva institucional com o corpo docente. • Escolha de uma data para a aplicação do projeto de acordo com os blocos de seriação. • Roda de conversa 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania e Educação em e para os direitos Humanos. • Educação para a sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2.24 – (PDE) Promover, até o final da vigência deste Plano, a implementação e o acompanhamento das diretrizes do Programa Escola Sustentável do Ministério da Educação em todas as unidades escolares do ensino fundamental da rede pública de ensino, 	Pedagogo-Orientador Educacional. Gestão Escolar. Professores. Estudantes. Rede interna (Serviços). Famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Regras para quê? Início do 3º bimestre.

		<ul style="list-style-type: none"> •Exposição de vídeos e material impresso informativo • Tempestade de ideias (Brainstorming) 		<p>fundamentadas nos eixos horta escolar e gastronomia, consumo consciente, prevenção e controle da dengue e bioma cerrado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.46 – (PDE) Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis federais nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008), o Parecer <p>CNE/CP 003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei nº 4.920, de 2012.		
TRANSIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transição dos estudantes para o próximo ano de seriação escolar dentro do ambiente socio-acolhedor. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação do projeto de Transição 2024 para o grupo docente em coordenação pedagógica institucional. Entrevista com servidor/servidores da escola sequencial. Tempestade de Ideias (Brainstorming). Reunião de Pais. Visitação dos estudantes dos 5º anos da EC. 203 ao CEF. 103 em data pré- estabelecida. <p>Formatura dos alunos dos 5º anos da EC. 203.</p> <p>J. Reunião com a equipe</p>	<ul style="list-style-type: none"> Cidadania em e para os direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> 2.35 – (PDE) Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Pedagogo-Orientador Educacional. Gestão Escolar. Professores. Estudantes. Rede interna (CEF103 e CEI 203). Famílias. 	• 4º Bimestre



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS TRANSVERSAIS
GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

		<p>pedagógica do CEI.203.</p> <ul style="list-style-type: none">• Visitação dos estudantes do CEI 203 à EC.203 para conhecer a nova escola.• Reunião conjunta de pais com a equipe gestora do CEI 203 e EC.203 para informes letivos.				
--	--	--	--	--	--	--

PLANO DE AÇÃO – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a promoção de avanços na organização do trabalho pedagógico a partir do cotidiano escolar • Planejar, organizar e acompanhar os professores na produção dos materiais pedagógicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e junto com a equipe gestora à integração dos professores de diferentes disciplinas e segmentos, garantindo a interdisciplinaridade e articulação entre diferentes séries / anos e níveis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a elaboração e avaliação do PPP da escola; • Identificar constantemente quais as prioridades das turmas e professores para prestar-lhes um melhor atendimento; • Coordenar e realizar a coordenação com os docentes da escola, promovendo momentos de estudos das dificuldades encontradas em sala de aula e incentivando troca de experiências entre professores (oficinas de letramento linguístico e matemático); • Orientar e acompanhar o diagnóstico dos alunos possibilitando melhor atendimento ao educando, relatando avanços e dificuldades na aprendizagem (teste da psicogênese, teste de leitura, avaliação diagnóstica de matemática) • Sugerir metodologias diferenciadas: (filmes, jogos, livros e outros); 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora • Coordenadores pedagógicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO – SERVIDORES READAPTADOS				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar o professor readaptado na nova função pedagógica de acordo com a sua restrição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar o professor readaptado em suas funções pedagógicas; • Fazer participante o professor readaptado nos projetos pedagógicos da escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Modular, na escolha de turma, os professores readaptados nas funções pedagógicas que necessite profissional readaptado, de acordo com cada restrição. • Reunir periodicamente com os professores readaptados para tratar dos projetos pedagógicos em curso; • Auxiliar o professor readaptado em suas funções pedagógicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo.

PLANO DE AÇÃO – PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular por meio de projetos e atividades pedagógicas atrativas à permanência do estudante na escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir índice de evasão dos estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar reuniões de pais com professores; • Estabelecer contato efetivo e pedagógico com o aluno; • Encaminhar alunos com alto índice de faltas para o Conselho Tutelar; • Promovendo encontro com as famílias para conscientizá-los acerca do prejuízo educacional causado pelo excesso de faltas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora; • SOE; • Coordenadores; • Professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO – RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir os prejuízos pedagógicos que a pandemia (covid-19) trouxe para a Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar o ambiente escolar mais atrativo; • Rever práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem; • Aquisição de materiais e acervos didático-pedagógico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnóstico e acompanhamento das atividades nas turmas; • Planejar ações coletivas reagrupamentos e projetos interventivos na Unidade Escolar; • Promover estudos de temas pertinentes ao processo de correção da defasagem idade-ano na Unidade Escolar; • Palestras educativas; • Adaptações curriculares; • Projetos interdisciplinares; • Passeios e visitas a espaços culturais de cunho pedagógico; • Promover momentos literários, saraus, apresentações artísticas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora; • Coordenadores • Professores 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO – SALA DE LEITURA

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar família e escolar no processo de desenvolvimento das habilidades leitoras despertando o gosto, o prazer e interesse pela leitura por meio do projeto “Tempo de Ler”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Motivar a leitura dos estudantes; • Envolver a família na prática da leitura; • Propiciar aquisição de livros para o acervo; • Participar de feiras literárias e exposição de autores; 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciar o recebimento, a organização e a distribuição dos livros didáticos e literários adotados pela instituição. • Interligar o atendimento da sala de leitura com os diversos projetos pedagógicos da unidade escolar • Proporcionar diferentes atrações para tornar o espaço bem dinâmico (contação de histórias; dramatizações; apreciação de filmes, vídeos, podcasts e músicas; oferecendo materiais em sua forma física e virtual; etc.); • Permitir que o aluno participe ativamente deste universo da leitura, ouvindo histórias, discutindo e interagindo, emitindo opinião sobre a obra lida, dando sugestões, para que se tornem adultos leitores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Meire Borba • Equipe Gestora 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO – CULTURA DE PAZ				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Criar estratégias que conduzam à vivência e atitudes cotidianas de paz. • Buscar alternativas de paz, com ações transformadoras da realidade, acerca da situação vivenciada no dia-a-dia escolar, propondo à família, à comunidade escolar, e à sociedade uma nova visão frente à violência 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a natureza dos focos que geram a violência. • Analisar junto ao grupo (alunos, professores, funcionários, pais e comunidade) a construção das relações interpessoais, desenvolvendo em conjunto medidas para a prevenção da violência no cotidiano social. • Oportunizar momentos de busca, análise e ação-reflexão-crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas sobre o combate ao bullying, comunicação não-violenta com os alunos, discriminação racial, entre outras situações adversas; • Produção de cartazes sobre o combate ao bullying, discriminação racial, entre outros; • Desenvolvimento de sequencias didáticas a partir de livros literários que retratam a cultura de paz no cotidiano familiar e escolar, como práticas de valores, entre outros. • Oficinas para os servidores sobre a comunicação não violenta e diálogo objetivo entre os pares. • Registrar ocorrências escolares sobre mediação de conflitos e danos ao patrimônio escolar; • Utilizar das parcerias da escola (Conselho Tutelar, Batalhão Escolar, Polícia Militar, Polícia Civil...) para palestras, oficinas ou rodas de conversas com alunos e familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores, orientadores educacionais, equipe gestora, coordenadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO – TRANSIÇÃO ESCOLAR				
Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações voltadas ao protagonismo dos estudantes como forma de garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar aos estudantes um acolhimento tanto socioemocional quanto cognitivo para a mudança de etapa da educação básica 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação do “projeto de Transição 2023” para o grupo docente em coordenação pedagógica institucional. Exposição de vídeos sobre a escola sequencial para os estudantes. Entrevista com servidor/servidores da escola sequencial. Tempestade de ideias (Brainstorming). Reunião de Pais das turmas dos 5º anos Visitação dos estudantes dos 5º anos da EC. 203 ao CEF 103 em data pré-estabelecida. Acolhimento dos estudantes do CEI 203 em nossa escola para visitaçãõ. Formatura dos alunos dos 5º anos da EC. 203. 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora SOE Professores 	<ul style="list-style-type: none"> 4º bimestre

PLANO DE AÇÃO – SUPERAÇÃO

Coordenação Regional de Ensino (CRE):	Santa Maria
Unidade Escolar:	Escola Classe 203 de Santa Maria
Responsável pelo Projeto na UE	Ariane Mayara Alves Batista de Oliveira (Supervisora Pedagógica)
Responsável pelo acompanhamento do Projeto pela CRE	Rosemary dos Santos Menezes

1. Dados do Projeto

Justificativa do Projeto	Contribuir para a garantia de acesso, permanência e conclusão da escolarização na idade esperada, possibilitando o sucesso das aprendizagens.
Objetivos do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano da EC 203; • Implementar Organização Curricular que contemple a recuperação das aprendizagens essenciais, considerando a BNCC e o Currículo em Movimento. • Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens. • Sensibilizar os profissionais da educação da EC 203 sobre a importância do desenvolvimento de propostas pedagógicas que minimizem os atrasos escolares; • Realizar acompanhamento formativo e sistemático das ações que envolvam os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano; • Contribuir para a recuperação das aprendizagens dos estudantes e garantir a correção de fluxo.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> • Atender 100% dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e garantir sucesso na correção de fluxo.
Ações e Intervenções realizadas pela EU para contribuir com a recuperação das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, em conjunto com o corpo docente e os serviços, um acompanhamento sistemático aos alunos inseridos no

	<p>programa, bem como os conteúdos pedagógicos necessários para o avanço na correção de fluxo;</p> <ul style="list-style-type: none">• Proporcionar aos alunos a participação efetiva nos reagrupamentos e projeto interventivo, assim como, reforço escolar;• Identificar alunos que necessitam de acompanhamento e avaliação psicopedagógica para encaminhamentos necessários;• Realizar atividades macro envolvendo a sensibilidade desses estudantes emocionalmente, para um resgate integral.
Estratégias adotadas pela EU para mitigação da infrequência escolar	<ul style="list-style-type: none">• Realizar busca-ativa dos alunos que participam do programa que apresentam um elevado número de faltas;• Reuniões com os responsáveis dos estudantes periódicas a fim de acompanhar a frequência dos estudantes.

PROJETOS PREVISTOS NO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO

VIVÊNCIA

A vivência é uma intervenção que veio legitimar o que na prática escolar já se fazia quando o professor tinha a necessidade de uma análise mais segura do nível de desenvolvimento dos alunos para decidir sobre a sua progressão. É preciso lembrar que a LDB prevê o avanço do aluno dentro da mesma etapa/modalidade e nunca o seu retrocesso.

A Vivência pressupõe a permanência de um determinado estudante em turmas de uma etapa/série mais avançada que a dele, com o objetivo de que possa vivenciar experiências, atividades e conhecimentos mais ampliados e aprofundados em relação à sua turma de origem. A análise do desempenho do aluno será feita pelos professores envolvidos na Vivência, para decidirem sobre o avanço ou não do estudante. A Vivência é uma intervenção pedagógica que deve ser registrada no diário de classe, em campo específico, não podendo ultrapassar a duração de 15 dias letivos.

Contudo, enquanto o ensino estiver somente de modo remoto, a vivência está suspensa.

REAGRUPAMENTO

De acordo com as Orientações à rede pública de ensino para o registro de atividades pedagógicas, 2ª edição (2021), o Reagrupamento Intraclasse (RINTRA), como forma de estratégia/intervenção didático-pedagógica, poderá acontecer, independente da forma pela qual as atividades escolares estiverem ocorrendo, seja por meio do ensino remoto, presencial ou híbrido. O que precisa ser considerado é a necessidade da turma e/ou do estudante.

As atividades devem voltar-se no sentido de contemplar as individualidades do estudante, sua necessidade de acolhimento, suas condições de acessibilidade, seu tempo e ritmo, sempre seguindo as definições das equipes pedagógicas de cada unidade escolar e tendo como foco a avaliação formativa, almejando a manutenção, o aprimoramento e o avanço das aprendizagens.

O Reagrupamentos Interclasse (RINTER), poderá ser efetivado no sentido de acolher, recuperar e alcançar os objetivos de aprendizagens propostos pelo professor, como intervenção pedagógica, mas nunca com a intenção de “avançar” o estudante.

PROJETO INTERVENTIVO

Estudantes com dificuldades de aprendizagem.

1. Introdução

A escola tem a função de transmitir conhecimentos e levar o aluno a ser um cidadão ético e cumpridor de seus direitos e deveres e, no que se refere a construção escrita e da leitura a preocupação é que todos adquiram as habilidades necessárias para o perfeito ajuste numa sociedade letrada. Para isso, refletimos a respeito da situação das crianças que tem dificuldades de aprendizagem e que não correspondem ao ano em que se encontram.

Pensando nisso, a Equipe Gestora organizou justamente com os coordenadores e professores o projeto onde o aluno será assistido em suas dificuldades pedagógicas. Nossa prática não se baseia apenas no déficit linguístico, compreendemos que todas as crianças são capazes de aprender e de se apropriar de todos os conhecimentos que lhes são transmitidos. Além disso, são capazes de serem sujeitos da construção do conhecimento. No entanto, temos consciência da necessidade de ações interventivas que garantam a eficácia na construção das aprendizagens na escola.

2. Justificativa

Esse projeto se justifica, pela preocupação com os alunos que não alcançam os índices desejados e esperados a sua idade/ano devido a motivos alheios a sua vontade ou a problemas não definidos. Pretende-se por meio deste desvendar as causas das dificuldades de aprendizagem escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e procurar soluções para amenizar os mesmos, além de evidenciar a compreensão da real importância em se refletir sobre que habilidades são indispensáveis ao aluno para avançar de um ano para outro, ou seja, que competência deve ser atingida. Como muito bem citado no texto: “De quem é a bola?” (Autor desconhecido), não é necessário encontrar culpados, e sim novos caminhos para que juntos avancemos.

3. Objetivos

Geral:

- A Instituição Escolar pretende intervir no processo de ensino aprendizagem por meio de ações pedagógicas diversificadas, junto a Instituição Escolar, visando o melhor aprendizado dos estudantes.

Específicos:

- Possibilitar as articulações entre coordenação pedagógica, direção e professores, para acompanhar os alunos com dificuldades de aprendizagem (alunos dos 3º e 4º anos);
- Levantar dados para delinear o perfil do estudante com o intuito de planejar as formas do seu acompanhamento;
- Trabalhar a partir dos resultados das avaliações e do teste da psicogênese obtidos no conselho de classe relacionado às dificuldades apresentadas;
- Ponderar sobre a falta de aprendizagem e realizar procedimentos de intervenção junto ao estudante;
- Elaborar novos procedimentos e estímulos a serem utilizados para que o estudante possa avançar e alcançar seus objetivos;
- Oportunizar momentos de reflexão acerca da importância da participação da família na vida escolar do aluno;
- Promover a inserção dos estudantes com problemas de aprendizagem projetos interventivos, para proporcionar a mudança no quadro de reprovação e evasão.

4. Público Alvo:

Os alunos com dificuldade de aprendizagem, que não alcançam os índices e metas desejadas e inicialmente com os alunos do 3º ano.

5. Procedimentos:

- Elaboração e aplicação de avaliação diagnóstica com o estudante visando levantamento de indicadores de déficit de aprendizagem;
- Apurar junto aos professores regentes dos estudantes as hipóteses sobre a atual situação de aprendizagem dos mesmos;
- Levantar junto ao professor regente, a relação dos nomes dos estudantes com necessidades educacionais específicas para uma intervenção voltada para o aprendizado dos mesmos;
- Promover a intervenção junto aos professores, visando à reflexão frente aos dados coletados e incentivá-los a encontrar uma solução para os problemas de aprendizagem;
- Elaborar e intervir junto aos professores para a construção de estratégias pedagógicas de ensino voltadas para os estudantes, baseadas nos estudos das hipóteses aqui levantadas.

6. Avaliação

Esta será realizada nos Conselhos de Classe observando o desempenho de cada aluno e a necessidade de continuar no atendimento ou não.

PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO EM SANTA MARIA/DF UM PROJETO COMUNITÁRIO PARA A MUDANÇA SOCIAL

Justificativa

O Projeto **Pacto pela Alfabetização** é um trabalho colaborativo entre o Poder Público, a sociedade civil, as famílias, os professores, as Unidades Escolares e a SEDF, a fim de garantir a qualidade da alfabetização em Santa Maria/DF, uma vez que a alfabetização é uma etapa chave para o sucesso escolar das crianças e para o cumprimento da função social do sistema escolar.

Para o desenvolvimento do Pacto na Regional de Ensino de Santa Maria, algumas pontuações são pertinentes, quais sejam:

- 1- No Brasil, mais da metade dos estudantes não possui habilidade de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, e tal contexto impacta fortemente nos indicadores de repetência e evasão escolar;
- 2- O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Coordenação Regional de Santa Maria, em parceria com o Instituto Raiar, e tem como objetivo melhorar os indicadores de alfabetização, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar;
- 3- A Política Nacional da Alfabetização, instituída pelo Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como premissa a alfabetização das crianças até o final do 1º ano. Além disso, considera a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para alfabetização;
- 4- A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado. No país, é a estratégia que tem as maiores evidências de resultados na melhoria da qualidade da aprendizagem em Redes de Educação. É a mesma que está sendo utilizada em Sobral/CE e em Teresina/PI, principais referências em qualidade da educação pública no país. Ambas as cidades têm mais de 80% dos alunos alfabetizados ao final do 1º ano;
- 5- O programa pedagógico do Pacto pela Alfabetização está inteiramente alinhado com a Política Nacional de Alfabetização. Qualquer sugestão de melhoria poderá ser reportada aos autores. Entretanto, os debates político-pedagógicos devem estar pautados por evidências científicas e indicadores de resultados;
- 6- A gestão da Regional de Ensino de Santa Maria e das Unidades Escolares estão focadas em melhorar os indicadores de alfabetização que atualmente,

infelizmente, tem ajudado a condenar a maioria das crianças ao fracasso escolar;

- 7- Reconhecer o cenário desafiador dos baixos indicadores de aprendizagem e implantar estratégias para reverter este quadro deve ser a principal pauta de diálogo do Poder Público e da comunidade. O interesse da criança deve estar acima de qualquer viés ideológico ou partidário;
- 8- Os 3 primeiros anos do Pacto são totalmente financiados pelo Instituto Raiar, com recursos de doadores. Não há desembolso de recursos por parte da Secretaria de Educação e nem repasse de recursos do Instituto Raiar para a gestão da Unidade Escolar. A participação da sociedade civil na construção e implantação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal e foi reforçada na Política Nacional de Alfabetização;
- 9- O Pacto pela Alfabetização representa uma possibilidade real de promover a mobilidade social das crianças em vulnerabilidade social e, por isso, merece o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O Contexto da Alfabetização no Brasil e no Distrito Federal

A alfabetização é uma condição fundamental para o progresso das crianças em sua trajetória escolar. Como país, ainda temos muito o que avançar na garantia do direito de aprendizagem, sobretudo na educação pública. A última Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada em 2016, indica que 54,6% dos estudantes não possuem as habilidades esperadas de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, contexto que impacta fortemente os indicadores de repetência e evasão escolar. Este cenário preocupante também pode ser observado no Distrito Federal, com 45% das crianças sem as habilidades esperadas de leitura e de matemática ao final do 3º ano.

O contexto acima explicita que há uma lacuna de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem a ser suplementada. As evidências demonstram que, com uma metodologia de aprendizagem adequada, baseada principalmente na estruturação do ensino e na gestão baseada em indicadores, é possível melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos do 1º ano, em processo de alfabetização, e impactar em toda a sua trajetória escolar.

O investimento na qualificação da educação é um requisito essencial para a melhoria dos indicadores sociais, rompendo o círculo vicioso da desigualdade socioeconômica e da pobreza e, dessa forma, tornar possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cenário apresentado acima justifica a

necessidade e a urgência da implantação de uma estratégia para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais.

O que diz a Política Nacional da Alfabetização (PNA)

Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização. Dentre as principais diretrizes da política estão:

- a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. (Artigo 1º);
- a PNA deve ter fundamentação nas ciências cognitivas. (Artigo 3º), com ênfase no ensino de cinco componentes essenciais para a alfabetização:
 - I. Consciência fonêmica, instrução fônica sistemática
 - II. Fluência em leitura oral
 - III. Desenvolvimento de vocabulário
 - IV. Compreensão de textos
 - V. Produção de escrita
- deve-se adotar referenciais de políticas públicas exitosas, tanto nacionais quanto estrangeiras. (Artigo 3º);
- priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. (Artigo 5º);
- incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; (Artigo 5º)
- a política de alfabetização deverá passar por avaliação e por monitoramento constante (Artigo 9º), incluindo as seguintes ações:
 - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
 - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
 - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita.

Documento na PNA na íntegra disponível em:

http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

Desenvolvimento do Pacto pela Alfabetização

O Pacto pela Alfabetização é fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raier, publicizado no **DODF**

nº 98 de 26 de maio de 2021, com o Acordo de Cooperação nº 05/2021 no processo SEI nº 00080-00018746/2021-14, e tem como principal objetivo implementar as diretrizes do PNA, melhorando os indicadores de alfabetização no município, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar.

a) Escopo da parceria:

O Acordo de cooperação tem duração de 3 anos e as atividades previstas serão executadas por cada uma das partes integrantes do acordo conforme abaixo:

Instituto Raiar	Secretaria de Educação
Monitoramento da implantação da solução técnica e gerencial; Financiamento do Programa de Alfabetização; Apoio a modelagem de gestão; Apoio aos processos de comunicação para engajamento comunitário.	Elaboração e execução do plano de trabalho; Implantação das ações; Gerenciamento de resultados.

A solução pedagógica para o Programa de Alfabetização será fornecida pelo Instituto Alfa e Beto. Os critérios de escolha, bem como a detalhamento da solução serão explicitados neste documento.

b) Instituto Raiar e a participação da sociedade civil na implantação de políticas públicas:

O Instituto Raiar é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em parceria com o Poder Público, promovendo o desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, principalmente por meio da qualificação das políticas públicas na área da educação.

A participação e colaboração de toda a sociedade na construção de tais políticas é um direito e um dever previsto no artigo 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

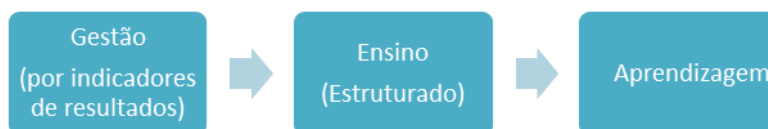
Tal ação colaborativa também é legitimada na página 44 do PNA: “A presença das organizações da sociedade civil é sinal significativo da amplitude do esforço para

levar a efeito esta política nacional, cujo bom êxito depende da harmoniosa articulação entre os seus diversos agentes.”

Neste sentido, o Instituto Raiar, por meio deste Acordo de Cooperação, exerce seu direito e função social de defender e trabalhar para a preservação do direito de aprendizagem das crianças.

Objetivos

O objetivo do programa é contribuir para que haja uma transformação nas práticas pedagógicas e gerenciais, de forma a projetar o município numa trajetória que lhe permita um salto de qualidade na alfabetização e no avanço escolar das crianças. Neste sentido, a estratégia para a qualificação da aprendizagem segue o ciclo apresentado no diagrama abaixo, onde se começa pela estruturação dos processos de gestão, passando pela estruturação das metodologias de ensino que impactarão na aprendizagem.



Os objetivos específicos do Pacto estão estabelecidos conforme os seguintes eixos:

Gestão	Qualificar a gestão da rede municipal de educação para uma atuação pautada pela estruturação do ensino e análise crítica de indicadores de resultados e melhores práticas para garantia da aprendizagem.
Ensino	Implantar a metodologia de ensino estruturado para as turmas de Pré II, 1º e 2º ano.
	Formar diretores e demais lideranças pedagógicas para gerir a escola com foco na excelência do ensino.
	Capacitar e sensibilizar professores para a utilização de metodologia adequada de planejamento, prática de sala de aula, avaliação e recuperação de alunos.
Aprendizagem	Desenvolver os pré-requisitos necessários para alfabetização no último ano da educação infantil.
	Promover a alfabetização e o domínio das habilidades esperadas de escrita e matemática até o final do primeiro ano.
	Potencializar o desenvolvimento da compreensão e fluência em leitura e domínio das habilidades de escrita e matemática, a cada ano.
	Diminuir a infrequência escolar

O Modelo de atuação do Pacto pela Alfabetização

O acordo de cooperação prevê que a aprendizagem passe a ser o centro da política de gestão da educação. Para alcance dos objetivos propostos, serão implementadas 3 macroações:

1) Sistema de Ensino Estruturado:

Implantação de Sistema de Ensino Estruturado que alia pedagogia e gestão. Será composto de programa de ensino, materiais didáticos, propostas pedagógicas, plano de curso, métodos de avaliação e recuperação e materiais de apoio ao professor.

2) Modelagem de Gestão:

Consultoria do Instituto Raiar para apoio aos processos de sensibilização da rede de educação, gestão da mudança e estruturação do processo de gestão a partir de indicadores de aprendizagem. Cada etapa do programa segue um ciclo de planejamento, de implantação e avaliação de resultados e de execução de medidas corretivas para alcance de metas.

3) Mobilização Social:

Consultoria do Instituto Raiar para planejamento e execução de estratégias de comunicação, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na construção e na garantia de uma educação básica de qualidade.

Uma das principais ações do eixo de mobilização social é a oferta de um programa de aprendizagem socioemocional para professores que tem como objetivo promover a aprendizagem coletiva e dar suporte aos educadores, buscando o desenvolvimento social, emocional e ético de toda a comunidade escolar.

Sobre a escolha Pedagógica adotada

a) A escolha da solução técnica a ser implantada

A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado, é financiada pelo Instituto Raiar. Tal solução foi escolhida a partir dos seguintes critérios:

I. programa de ensino baseado em sólidas evidências científicas nacionais e internacionais.

II. Evidências robustas de resultados na melhoria de indicadores de resultados de Redes de Educação. Não há no país outra solução com resultados semelhantes.

III. Alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019).

Trata-se de uma estratégia de intervenção que integra as atividades de pedagogia e de gestão nos níveis de sala de aula, escola e secretaria tendo como referência o conceito de ensino estruturado. Os programas de ensino são baseados em evidências científicas sólidas e materiais pedagógicos de alta qualidade.

O desenvolvimento do Programa de Alfabetização do Instituto Alfa e Beto foi liderado pelo Prof. João Batista Araújo Oliveira – Ph.D em Educação pela Florida State University. Seus estudos foram utilizados como referencial para a Construção da Política Nacional de Alfabetização, bem como para o estudo da Academia Brasileira de Letras “Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva.”, documento que serviu como base para a construção do PNA.

Considerações finais

Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na Educação Básica, mas em todo o sistema educacional do país. O Pacto pela Alfabetização se constitui como uma estratégia para implementar, na íntegra, o Plano Nacional de Alfabetização como a alfabetização bem consolidada é imprescindível para o sucesso escolar, deve merecer prioridade absoluta, pois constitui o rito de iniciação da criança na escola formal assim toda criança deve ter o direito de dar certo, começar com sucesso.

Como sociedade, não podemos mais aceitar que mais da metade das crianças do país e desta cidade cheguem aos 8 anos de idade sem saber ler. A sociedade deve estar mobilizada e unida para reverter este cenário que tem penalizado a maioria das crianças. As famílias de classes sociais mais baixas são mais fortemente punidas em momentos de crise, de desemprego ou de pandemia, e a tendência é aumentar as desigualdades. Por isso a necessidade de intervenções rigorosas para evitar que as diferenças se perpetuem.

Para termos êxito em nossas intervenções, baseamo-nos na ciência cognitiva da leitura que apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e para avaliar o conhecimento mais recente sobre os métodos de alfabetização.

ALFALETRANDO

Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal



No ano de 2023 como resposta aos índices de alfabetização, o Ministério da Educação instituiu por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 **O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)**, com objetivo central de alfabetizar 100% das crianças brasileiras ao final do 2º ano do ensino fundamental, e ainda garantir a recomposição das aprendizagens das crianças vinculadas ao 2º, 3º e 4º ano.

O Distrito Federal ciente da importância de ter todas suas crianças alfabetizadas, adotou o CNCA e seu objetivo, e por meio da Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) instituiu o Programa Alfaletorando através do Decreto nº 45.495/2024. Duas instâncias também foram instituídas por meio do documento, o Comitê Distrital da Alfabetização (Codalfa) com finalidade de realizar a governança sistêmica e a Rede Distrital de Alfabetização e Letramento (Redalfa), que deve garantir a gestão e execução das formações e acompanhamentos.

O Alfaletorando estabelece cinco eixos que norteiam o desenvolvimento do programa: gestão e governança, acompanhamento pedagógico e formação continuada, avaliação, infraestrutura física e pedagógica, e boas práticas, seguindo os mesmos do Compromisso Nacional.

Embasadas nos cinco eixos do programa, a SEEDF oferta aos professores de 1º e 2º ano formações semanais com intuito de refletir, discutir e repensar a Organização do Trabalho Pedagógico na Alfabetização, ampliando o olhar docente sobre o ensino da língua e o letramento matemático no planejamento, intervenção e acompanhamento do processo de alfabetização.

Para além da formação do docente, o Alfaletorando oferece material pedagógico suplementar:

- **Caderno do Professor:** Oferece reflexões sobre a alfabetização e sugestões de atividades didáticas para auxiliar os professores na condução de intervenções com os alunos do 1º e 2º ano.
- **Cadernos do Estudante:** Trazem atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e letramento nas crianças.

Um Articulador Local Itinerante assistirá às Unidades Escolares, este realizará visitas com objetivo de acompanhar o desenvolvimento do programa, seguindo a tabela abaixo:

Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4	Turma 5
Matutino	Matutino	Matutino	Vespertino	Vespertino
CAIC SM CEF 403 EC 203 EC 218	CAIC AS EC 01 PR EC 100 EC 116 EC 206	CEF 418 CEF SD CEF SL EC 215	CAIC SM CEF 403 EC 100 EC 203 EC 206	CAIC AS CEF 308 EC 01 PR EC 116 EC 215

PROJETO L EITOR DO FUTURO

OBJETIVO GERAL:

Possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, buscando efetivar enquanto processo a leitura e a escrita. Estimular o desejo de novas leituras; possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação; desenvolver produções orais, escritas e em outras linguagens, contribuindo na formação de princípios e valores para a construção da cidadania. Perceber e assimilar o universo da escrita, melhorando seu conhecimento e superando as dificuldades na própria vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ampliar o repertório de histórias conhecidas;
- Desenvolver a linguagem, criar possibilidades pedagógicas criativas e estimulantes para o estudante;
- Permitir a troca de ideias, conceitos e entendimentos entre os participantes;
- Enriquecer o vocabulário;
- Construir o hábito de ouvir histórias e sentir prazer nas situações que envolvem leitura de história;
- Realizar leituras orais e silenciosas de histórias;
- Interpretar histórias lidas;
- Relacionar a leitura com aspectos da realidade;
- Possibilitar maior contato entre a criança e o livro;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, dialogando com as mais diversas áreas do conhecimento;
- Divulgar e criar campanhas para estimular a doação de livros;
- Desenvolver o senso crítico a partir dos livros lidos e relidos;
- Realizar atividades baseadas na análise linguística de textos e/ou livros escolhidos com o preenchimento das fichas propostas;
- Melhorar a escrita e a leitura dos alunos.

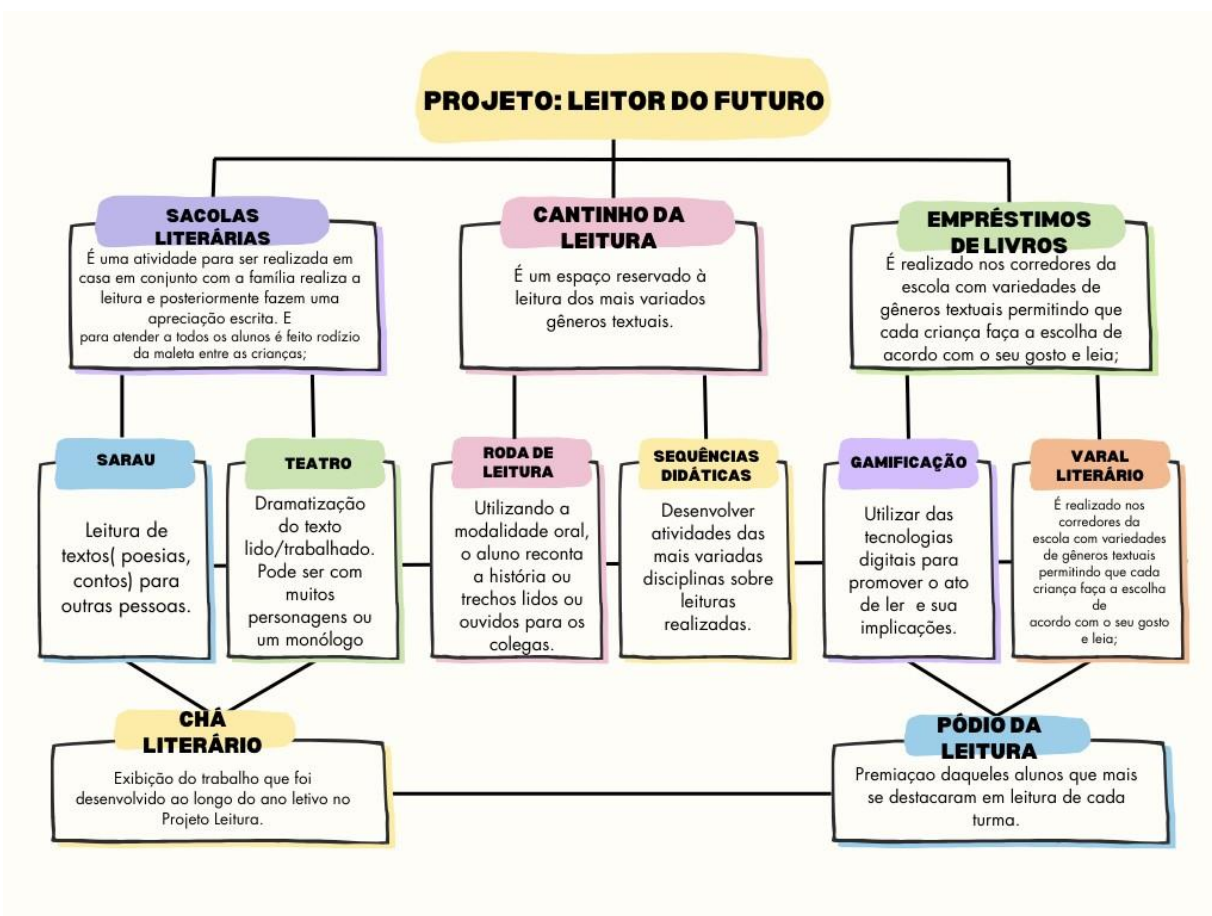
AÇÕES E/OU METODOLOGIAS:

- **Sacola Literária:** é uma atividade para ser realizada em casa em conjunto com a família. A criança leva para casa uma sacola confeccionada com temas infanto-juvenis que inclui: livro de literatura infantil, um caderno, lápis de cor, lápis grafite preto e borracha. O aluno juntamente com um de seus familiares ou sozinho realiza a leitura e posteriormente fazem uma apreciação escrita. E para atender a todos os alunos é feito rodízio da maleta entre as crianças.

- **Empréstimos de livros:** Na sala de leitura existe um pequeno acervo de livros infantis, onde as crianças podem manusear, e escolher um para levar para casa sempre que quiser. Os professores e/ou pessoa responsável pela sala de leitura fazem o controle dos empréstimos através de registro em fichas.
- **Cantinho da Leitura:** O cantinho da leitura é um espaço dedicado ao desenvolvimento e estímulo do hábito de ler. Nele são dispostos vários tipos de leituras para que a criança tenha acesso em momentos específicos da aula ou em outras situações.
- **Sarau:** um evento cultural e social em que pessoas se reúnem para compartilhar e apreciar expressões artísticas, como poesia, música, dança e teatro. Poesias, contos (leitura de textos para outras pessoas. Na atividade, além das leituras, pode haver outras produções, como música no fundo no momento em que os alunos estiverem lendo poesias ou contos.
- **Dramatização (teatro, monólogo):** dramatização do texto após a interpretação. Escolher uma cena do texto após a interpretação. Escolher uma cena do texto de preferência uma passagem curta. E pedir para que os alunos se envolvam na história durante a representação da atividade de leitura.
- **Roda de leitura:** Sentados em um círculo, cada um pode ler um trecho do texto, o qual deve variar em diferentes gêneros para que o repertório se amplie. Trazer notícias que tratam assuntos interessantes para crianças e convidá-las para um debate.
- **Sequência didática:** corresponde a um conjunto de atividades articuladas que são planejadas com a intenção de atingir determinado objetivo didático. É organizada em torno de um gênero textual (oral ou escrito) ou de um conteúdo específico, podendo envolver diferentes componentes curriculares. No caso de sua relação com o ensino da escrita, a sequência pode ter como objetivo ajudar o aluno a dominar melhor um determinado gênero textual, favorecendo uma comunicação mais adequada em dada situação em que o uso do gênero trabalhado se faz necessário (planejamento e produção de uma apresentação oral em evento da escola, ou de cartas do leitor a serem enviadas a revistas, por exemplo).
- **Reconto de histórias:** convida a criança a escolher junto com as crianças uma das histórias sugeridas para recontarem de forma oral e/ou escrita e brincarem com ela.
- **Gamificação:** é uma forma de transformar a busca de um conhecimento em um jogo. Utilizando o laboratório de informática da escola, na gamificação os alunos

utilizam de jogos e/ou de recursos digitais para aprimorar a sua leitura e escrita.

- **Varal literário:** Pode ser tanto a criação e produção de um livrinho de histórias a ser exposto nas áreas de acesso comum da escola. Quando finalizados, o conjunto de narrativas será colocado em sob fios de nylon à disposição para que outras turmas, pais e colaboradores possam se divertir com as histórias escritas. E a exposição nos corredores da escola com variedades de gêneros textuais permitindo que cada criança faça a escolha de acordo com o seu gosto e leia. Esse é o propósito do varal literário: ensinar as normas da língua portuguesa de maneira divertida e criativa.



O **Chá Literário** é a culminância do Projeto Leitura. Nele será apresentado todo o trabalho desenvolvido ao longo do projeto, ou pelo menos o que mais se destacou. E o **Pódio da Leitura** complementarará o Chá Literário premiando aqueles que se destacaram.

AVALIAÇÃO

Esperamos que ao final desse trabalho as crianças adquiram gosto e hábito de ler, e que deem liberdade para sua imaginação e também que os pais e ou responsáveis sejam influenciados com essa nova postura de leitor que seus filhos adquiriram. A possibilidade de realizar trabalhos que expressem mais a vivência e a visão do aluno. A avaliação será realizada no decorrer do desenvolvimento da aprendizagem, levando em consideração a participação e o interesse dos alunos nas atividades propostas tanto individuais quanto coletivas. Desta forma, conclui-se que é por meio da leitura que o aluno tem a oportunidade de desenvolver o raciocínio lógico e interpretar o mundo a sua maneira, considerando seus conhecimentos já adquiridos e conseqüentemente tornando-se um cidadão participativo e conhecedor de seus direitos, a leitura é também um veículo pelo qual o leitor adquire novas aprendizagens e informações.

PROJETO CIDADANIA (HORA CÍVICA)

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none">• Resgatar valores e atitudes positivas relacionados ao civismo, a convivência escolar e cultura de paz; bem como conhecer os símbolos da nossa pátria e aprender a cantar o Hino Nacional brasileiro	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a letra e a música do Hino Nacional Brasileiro;• Valorizar o Hino Nacional e a Bandeira Nacional;• Desenvolver o senso de patriotismo e vivenciar momentos de respeito e amor à pátria;• Aprender a postura adequada no momento de execução do Hino Nacional;	<ul style="list-style-type: none">• Trabalhar a leitura do Hino Nacional e sua importância para o país;• Realizar momento cívico com os alunos nas sextas-feiras em horário pré-estabelecido, com postura adequada;• Entoar o Hino Nacional em atividades cívicas.	<ul style="list-style-type: none">• Equipe Gestora• Coordenadores• Professores	<ul style="list-style-type: none">• Durante o ano letivo.

PROJETO RECREIO LEGAL

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Oportunizar momentos prazerosos aos alunos no horário do recreio que os envolvam em situações de convivência mútua e aprendizagem de forma lúdica, explorando jogos e brincadeiras em relação ao viver, à socialização, ao respeito ao espaço coletivo, ao outro e às regras de convívio. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na melhoria da disciplina dos alunos, na diminuição do número de acidentes, na vivência, na interação dos alunos dos diversos anos em experiências diversificadas e na valorização da singularidade das atividades em grupo. Favorecer as atividades dirigidas durante o recreio. 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer um levantamento prévio para verificar os jogos e as brincadeiras que (alunos e professores) gostariam de sugerir para a organização das atividades; Separar e organizar os materiais que serão necessários para a realização das atividades brincadeiras/jogos de acordo com o cronograma já estabelecido. Explorar os mais diversos ambientes escolares com atividades dirigidas, de modo grupais, de livre associação ou de agrupamentos de livre adesão, em função de materiais e recursos que promovam o lazer, a aprendizagem e a socialização. 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora, coordenação, professores, profissionais da sala de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> Mensalmente

PROJETO PSICOMOTRICIDADE

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o desenvolvimento da criança em seus aspectos motores, cognitivos e socioafetivos. • Contribuir para a formação e estruturação do esquema corporal; • Incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida de uma criança 	<ul style="list-style-type: none"> • Motivar a capacidade sensitiva através das sensações e relações entre o corpo e o exterior (o outro e as coisas); • Ampliar e valorizar a identidade própria e a autoestima dentro da pluralidade grupal. • 	<ul style="list-style-type: none"> • Montar uma sala de psicomotricidade para todos os alunos; • Proporcionar, aos professores, momentos de formação sobre atividades que possam ser desenvolvidas com os estudantes; • Inserir os estudantes com necessidades especiais nas atividades de psicomotricidade para desenvolver jogos e brincadeiras recreativas dirigidas a elas devem conter habilidades específicas: Coordenação motora, Orientação espacial, Ritmo, equilíbrio, Organização temporal. • Atividades de exploração do próprio corpo podem ser 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora; • Coordenadores; • Monitores e ESV. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quinzenalmente, a partir do 2º bimestre;

desenvolvidas no banho, massagem entre outros.

- A percepção rítmica, a identificação de segmentos do corpo e o contato físico podem ser desenvolvidos em brincadeiras que envolvam o canto e o movimento simultaneamente.

PROJETO ESCOLA MATEMÁTICA

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> • Tornar o estudante letrado em matemática • Desenvolver habilidades de estimar, criar estratégias e calcular; • Desenvolver habilidades de estimar, criar estratégias e calcular; • Incentivar o trabalho coletivo, o respeito ao próximo e a criar e respeitar regras; • Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar os índices das avaliações externas no campo matemático; • Trabalhar com metodologias onde as aulas serão práticas e dinâmicas para que haja maior motivação e participação dos alunos nas atividades propostas resultando em aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar de competições (gincanas matemáticas, torta na cara, passa ou repassa, bingo matemático...) • Realizar reagrupamento matemático com sequências didáticas voltadas a partir de livros literários: • Realizar mercadinhos nas salas de aula, envolvendo sistema monetário e as 4 operações; • Produzir jogos matemáticos para facilitar o processo de aprendizagem. • Levantamento prévio dos conhecimentos matemáticos dos alunos com avaliação diagnóstica e observações diárias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Gestora • Coordenação Pedagógica; • Professores • Serviços de Apoio 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano letivo

do lúdico no ensino da matemática.		<ul style="list-style-type: none">● Aulas expositivas com uso de cartazes construídos com a participação dos alunos;● Oficinas de jogos;● Atividades em grupo;● Atividades com desafios matemáticos;		
------------------------------------	--	---	--	--

PROJETO REFEITÓRIO

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar nossos alunos do valor que tem a alimentação em nossas vidas e assim eles poderão passar a se preocupar com a saúde e em dar bons exemplos aos seus próximos gerando assim uma corrente do bem estar.• Promover os comportamentos adequados à refeição e as boas práticas alimentares.	<ul style="list-style-type: none">• Ter hábitos de alimentação saudável e de bom comportamento durante as refeições.	<ul style="list-style-type: none">• Rotina em sala de aula: frisando sempre a alimentação saudável e o comportamento na hora do lanche.• Produção de painel de “Boas maneiras no refeitório”• Visita às salas de aula com personagens caracterizados de alimentos “saudáveis” para conversar com as turmas sobre a alimentação e as boas maneiras no refeitório.• Pessoas (Guardiões do Refeitório) para fiscalizar se os combinados estão sendo atendidos durante o lanche.• Música ambiente para trabalhar o silêncio e o comer de boca fechada no refeitório.	<ul style="list-style-type: none">• Equipe Gestora, coordenadores, professores, profissionais da sala de apoio.	<ul style="list-style-type: none">• Durante todo o ano letivo.

		<ul style="list-style-type: none">• Premiação para as turmas que mais se adequarem as regras do Projeto.		
--	--	--	--	--

/

